



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE ARTILHARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**“O Emprego da Artilharia de Campanha Portuguesa
nas Operações de Resposta a Crises. Uma proposta para o
Exército Português.”**

Autor: Aspirante - Aluna de Artilharia Filipa Ferreira

Orientador: Tenente-Coronel de Artilharia José Dias Martins

Co-Orientador: Major de Artilharia Hélder Barreira

Lisboa, 30 Julho 2009



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE ARTILHARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**“O Emprego da Artilharia de Campanha Portuguesa
nas Operações de Resposta a Crises. Uma proposta para o
Exército Português.”**

Autor: Aspirante - Aluna de Artilharia Filipa Ferreira

Orientador: Tenente-Coronel de Artilharia José Dias Martins

Co-Orientador: Major de Artilharia Hélder Barreira

Lisboa, 30 Julho 200



AGRADECIMENTOS

Durante a realização deste trabalho de investigação, tive a honra de contactar com pessoas de altos cargos e funções no Exército e das Forças Armadas, entre outras, enriquecendo claramente o conteúdo deste, para além do enorme enriquecimento pessoal que me foi proporcionado. Expresso nestas linhas o meu profundo agradecimento às seguintes pessoas que contribuíram para que este trabalho ganhasse forma:

-À Sua Excelência Chefe Estado-Maior-General das Forças Armadas Luís Valença Pinto, pela enorme receptividade com que me recebeu para uma entrevista;

-Ao Coronel Pereira dos Santos, ao Tenente -Coronel Rosa e ao Tenente -Coronel Teixeira Brito pela disponibilidade e simpatia com que abordaram o tema do trabalho e me dispuseram o seu tempo para entrevistas, tendo contribuído com o saber e informação cruciais para o seu desenvolvimento;

-Ao Tenente -Coronel Romão, pela troca de ideais, disponibilidade de informação e atenção dadas;

-Ao meu orientador Tenente-Coronel Dias Martins e ao meu Co-Orientador Major Barreira pela enorme contribuição intelectual e moral, pelo apoio e fé depositada;

-À Dona Paula, funcionária da Biblioteca da Academia Militar, que muito me auxiliou e acompanhou em longas pesquisas;

- Aos meus irmãos João, Sílvia e José, que muito me ampararam e animaram com os seus sorrisos e esforço, nos dias e noites passados em frente ao computador;

- Às minhas grandes amigas dos tempos do colégio Marta e Cristina pela enorme paciência, tempo e apoio incondicional;

- Por fim, mas não por último, à Raquel e ao seu espírito motivador e crítico sem o qual não poderia ter seguido em frente na conclusão deste trabalho.



RESUMO

O presente tema insere-se no contexto da Defesa., nomeadamente nas **Operações de Resposta a Crises**. A participação e Portugal com **Forças Nacionais Destacadas ou inseridas das NATO RESPONSE FORCES**, no âmbito do cumprimento das satisfações dos compromissos internacionais tornou-se uma realidade comum para as Forças Armadas. Pertencendo à OTAN, muitas das operações que têm sido desenvolvidas nos últimos tempos são no âmbito da Operações de Apoio à Paz. Da tipologia de forças, do ramo do Exército, que são enviadas inseridas em FND não existe a participação da **Artilharia de Campanha**. O estudo aqui feito orienta-se para a busca de uma resposta do porquê da não participação da Artilharia de Campanha Portuguesa nestas Operações.

Em uma primeira parte do trabalho, fez-se uma contextualização do que são as Operações de Resposta a Crises e as suas características, bem como a descrição das forças que as realizam.

Seguidamente numa segunda parte, analisou-se o contexto do Novo Ambiente Operacional e a Aplicabilidade da Artilharia de Campanha neste, principalmente no combate em áreas urbanas, constando a grande problemática que é actuar nestas áreas mas concluindo-se que existe espaço para o seu emprego.

Na terceira parte, desenvolveu-se a análise sobre as novas missões das Forças Armadas e fez-se um estudo a participação de Portugal em um determinado período de tempo e integradas em FND ou NRF, constatando-se que a Artilharia de Campanha nunca participou em missões fora do Território Nacional.

Por fim o a análise de estudo incidiu sobre a NRF14, na qual está inserida uma unidade de Artilharia procurando saber qual a aplicabilidade para esta força nas Operações de Apoio à Paz que fazem parte de uma das sete missões das NRF.

A conclusão final atingiu-se através das respostas parciais dadas em cada capítulo, onde se pode confirma a possibilidade de a Artilharia de Campanha ser aplicada em Operações de Apoio à Paz.

PALAVAS CHAVE: OPERAÇÕES DE RESPOSTA A CRISES, FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS, NATO RESPONSE FORCES, ARTILHARIA DE CAMPANHA



ABSTRACT

The present theme refers to defense, in particular to the Crises Response Operation. The participation of Portugal in national forces in the context of NATO RESPONSE FORCES, in a way of satisfying international agreements became a common reality for the armed forces. Being part of OTAN, most of this operations witch have been developed in the past years are basically Peace Support Operation. Among the typology of forces, in the army, that have been sent and inserted in FND, the participation of Field Artillery does not exist.

The present study is a search for an answer of the inexistent participation of the Portuguese Field Artillery in these operations.

In the first part of this work it was referred about the contextualization of the crises operation and their character, as well as de the description of the forces that take place in this context.

The second part is about the analysis of the new operational environment and its context and the application of the Field Artillery, specially the combat in urban areas that brings the figthing problem in this areas and the existing space for the practice.

In the thirth part, the analysis is about the new missions of the armed forces that is related to the participation of Portugal in a short period of time, and being part of FND or NRF. Field Artillery does not been evolved in any kind of mission out of the national territory.

At the end of the work the present analysis had been focus to the NRF14 which is insert in a artillery unity, searching for the applicability of these forces in the Peace Support operation, that make part of one of the seven missions of the NRF

The final conclusion has been reached by means of partial answers given in each chapter, where can be confirmed the possibility of Field Artillery, be implemented in Peace Support Operations

Key words. CRISES RESPONSE OPERATIONS, NATIONAL FORCES DETACHED, NATO RESPOSE FORCES , FIELD ARTILLER



ÍNDICE GERAL

| | |
|--|-------------|
| AGRADECIMENTOS..... | III |
| RESUMO..... | IV |
| ABSTRACT..... | V |
| ÍNDICE DE APÊNDICES E ANEXOS | VIII |
| ÍNDICE DE FIGURAS | IX |
| LISTA DE SIGLAS..... | X |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL..... | 4 |
| 1.1. ORGANIZAÇÃO DO TRATADO ATLÂNTICO NORTE – O CONCEITO DE GESTÃO DE CRISES | 4 |
| 1.2. OTAN E A ONU – “STATE BUILDING” | 7 |
| 1.3. NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DE 1999 – APARECIMENTO DAS OPERAÇÕES DE RESPOSTA A CRISES ... | 8 |
| 1.4. 11 DE SETEMBRO 2001 – A ADAPTAÇÃO DA OTAN | 10 |
| CAPÍTULO II - A ARTILHARIA DE CAMPANHA NA REALIDADE DAS ORC | 14 |
| 2.1. O NOVO AMBIENTE OPERACIONAL – CONFLITOS ASSIMÉTRICOS | 14 |
| 2.2. O COMBATE URBANO “ THE THREE BLOCK WAR”- A GUERRA DE TRÊS BLOCOS | 15 |
| 2.3. APLICAÇÃO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA EM OAP | 16 |
| 2.4. AC EM OAP - APLICABILIDADE E PROBLEMÁTICA DAS ÁREAS URBANAS | 19 |
| 2.5. SÍNTESE | 22 |
| CAPÍTULO III - PORTUGAL E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A OTAN..... | 24 |
| 3.1. NOVAS MISSÕES DAS FORÇAS ARMADAS..... | 24 |
| 3.2. ACTUAÇÃO DE FND EM MISSÕES DA OTAN | 25 |
| 3.3. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DE PORTUGAL | 28 |
| 3.4. O EXÉRCITO NAS NRF | 29 |
| 3.5. SÍNTESE | 30 |



| | |
|--|--------------------------------------|
| CAPÍTULO IV - APLICAÇÃO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA PORTUGUESA EM ORC | 31 |
| 4.1.OS REQUISITOS DA OTAN | 31 |
| 4.2.O CALIBRE 105MM NA NRF14 | 32 |
| 4.3.AC Vs MISSÕES MANOBRA | 36 |
| 4.4.SÍNTESE | 37 |
| CONCLUSÕES | ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO. |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 40 |
| GLOSSÁRIO | 44 |



INDICE DE APÊNDICES

| | |
|--|-----------|
| APÊNDICE A – ORGANIZAÇÃO DA OTAN..... | 46 |
| APÊNDICE B – ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA MILITAR DA OTAN..... | 47 |
| APÊNDICE C – ORGANIZAÇÃO DA ONU..... | 48 |
| APÊNDICE D - PAZ- TENSÃO-GUERRA..... | 49 |
| APÊNDICE E- OPERAÇÕES DE RESPOSTA A CRISES..... | 50 |
| APÊNDICE F- DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ..... | 52 |
| APÊNDICE G - PRINCÍPIOS DAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ..... | 53 |
| APÊNDICE I – NATO RESPONSE FORCES..... | 56 |
| APÊNDICE J- FND AO SERVIÇO DA OTAN..... | 57 |
| APÊNDICE K – CONTRIBUIÇÃO DE PORTUGAL PARA AS NRF..... | 59 |
| APÊNDICE L - ENTREVISTA AO GENERAL VALENÇA PINTO..... | 61 |
| APÊNDICE M - ENTREVISTA AO CORONEL PEREIRA DOS SANTOS..... | 62 |
| APÊNDICE N- ENTREVISTA AO TENENTE-CORONEL ROSA..... | 63 |
| APÊNDICE O- ENTREVISTA AO TENENTE-CORONEL TEIXEIRA BRITO..... | 64 |

INDICE DE ANEXOS

| | |
|--|------------|
| ANEXO A- ARTIGO 5º E 6º DO TRATADO ATLANTICO NORTE..... | 65 |
| ANEXO B- RELAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ..... | 65 |
| ANEXO C - ESPECTRO DAS OPERAÇÕES..... | 67 |
| ANEXO D - ESPAÇOS MORTOS NO TIRO INDIRECTO..... | 68 |
| ANEXO E – ORGANIZAÇÃO DA BBF AC DA NRF 14 Vs BBF AC COMUM..... | 69. |



ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| FIGURA 1- ORGANIGRAMA DA ESTRUTURA GERAL DA OTAN | 46 |
| FIGURA 2- TRANSIÇÃO DE OPERAÇÕES DE PAZ PARA A GUERRA- SENSIBILIDADE DO PE..... | 49 |
| FIGURA- CONSTITUIÇÃO DAS FORÇAS IFOR | 57 |
| FIGURA 4- CONSTITUIÇÃO DAS FORÇAS SFOR | 57 |
| FIGURA 5- CONSTITUIÇÃO DAS FORÇAS KFOR..... | 58 |
| FIGURA 6- RELAÇÃO DOS PRINCÍPIOS IMPARCIALIDADE, CONSENTIMENTO COM A CAPACIDADE DA FORÇA COM AS OPERAÇÕES PE E PK..... | 66 |
| FIGURA 7- ESPECTRO DAS OPERAÇÕES MILITARES | 67 |
| FIGURA 8- O ESPAÇO MORTO DO TIRO MERGULHANTE DE ARTILHARIA E DO TIRO VERTICAL DOS MORTEIROS..... | 68 |
| FIGURA 9- ORGANIZAÇÃO DA BATERIA DE AC PARA A NRF 14..... | 69 |
| FIGURA 10- ORGANIZAÇÃO DA BATERIA DE AC COMUM..... | 69 |
| FIGURA 11- ESQUEMA DE PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS PORTUGUESAS NAS NRF..... | 70 |



LISTA DE SIGLAS

A

| | |
|------|--|
| AC | Artilharia de Campanha |
| ACO | Allied Command Operations (Comando Aliado das Operações) |
| ACT | Allied Command Trasformation (Comando Aliado da Transformação) |
| AFOR | Albania Force |

B

| | |
|--------|---------------------------------------|
| BAI | Brigada Aerotransportada Independente |
| BBF | Bateria de Bocas-de-Fogo |
| BFSA | Blue Force Situation Awareness |
| BrigRR | Brigada de Reacção Rápida |

C

| | |
|--------|--|
| CP | Conflict Prevention (Prevenção de Conflitos) |
| CJSOR | Combined and Joint Statement of Requirements |
| CONOPS | Concept Operation (Conceito de Operação) |
| COP | Common Operational Picture |

D

| | |
|-----|-------------------------------------|
| DAS | Destacamento de Apoio de Serviços |
| DOE | Destacamento de Operações Especiais |

F

| | |
|-----|---|
| FA | Forças Armadas |
| FND | Força Nacional Destacada |
| FP | Force Protection (Protecção da Força) |
| FOC | Full Operational Capability (Capacidade Operacional Completa) |

G

| | |
|-----|---------------------------------|
| GAC | Grupo de Artilharia de Campanha |
|-----|---------------------------------|

I

| | |
|-------|---|
| IEF | Initial Entry Force (Força de entrada inicial) |
| IED | Improvised Explosive Devices |
| IFOR | Implementation Force (Força de Imposição) |
| ISAF | International Security Assistance Force |
| ISTAR | Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance |

J

| | |
|-------|---|
| JCL | Joint Command Lisbon |
| JFCCC | Joint Force Component Command (Componentes do Comandante da Força Conjunta) |



JISR Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance

K

KFOR Kosovo Force

L

LCC Land Command Component

M

MC Military Committee (Comité Militar)

H

HQ Head-Quarter (Quartel General)

HO Humanitarian Operations (Operações Humanitárias)

N

NAC North Atlantic Council (Conselho do Atlântico Norte)

NBC National Broadcasting Company

NNEC NATO Network-Enabled Capability

NTIM-I NATO Training Implementation Mission-Iraq

NA5CROs Non-Article 5 Crise Response Operations (Não Artigo 5 Operações de Resposta a Crises)

NCS NATO Command Structure (Comando de Forças da OTAN)

NFS NATO Forces Structure (Força de Estrutura da OTAN)

NRF NATO Response Forces

O

OAv Observador Avançado

OAP Operações de Apoio à Paz

OI Organização Internacional

ONG Organização Não Governamental

ONU Organização das Nações Unidas

OPLAN Operational Plan (Plano de Operações)

OSCE Organização para a Segurança e Cooperação da Europa

OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

ORC Operações de Resposta a Crises

P

PB Peace Building (Consolidação da Paz)

PE Peace Enforcement (Imposição de Paz)

PK Peacekeeping (Manutenção de Paz)

PM Peacemaking (Restabelecimento da Paz)

PSF Peace Support Force (Forças de apoio à paz)



PSO Peace Support Operations (Operações de apoio à paz)

Q

QRF Quick Reaction Force (Força de Reacção Rápida)

R

ROE Rules of Engagement (Regras de Empenhamento)

S

SACEUR Supreme Allied Commander in Europe (Comando Aliado Supremo na Europa)

SI Sistema Internacional

SFOR Stabilization Force (Força de Estabilização)

SOR Statement of Requirement (Requisitos necessários)

T

TCS Técnica Combate Secção

TFF Task Force Fox

TFH Task Force Harvest

TIC Técnica Individual Combate

TN Território Nacional

TOA Transference of Authority (Transferência de Autoridade)

TO Teatro de Operações

U

UAV Unmanned Aerial Vehicle (Veículos Aéreos não Tripulados)

UE União Europeia



*“ O Céu, a Terra e
as Ondas Atroando!”*



INTRODUÇÃO

Nota introdutória

Desde há muito tempo, que o Sistema Internacional (SI) tem vindo a ser marcado pela eclosão de focos de tensão e de conflitos regionais com base em diferendos étnicos, culturais e religiosos. Este facto tem contribuído para a instabilidade, proliferação e disseminação descontrolada de armas de destruição maciça, terrorismo, narcotráfico e o aumento do crime organizado ao longo do globo terrestre.

Face às situações descritas que ocorrem no mundo que, Organizações Internacionais (OI) como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), tendem a intervir para reduzir as tensões ou mesmo situações de conflito nessas áreas, que quando não controladas acarretam como consequências migrações excessivas, extremismos religiosos, terrorismo, e muitas mais.

O aumento da conflitualidade e a sua complexidade, veio dar mais relevo à política de prevenção e gestão de crises, no sentido de prevenir a eclosão ou circunscrever a área do conflito, evitando a sua escalada. Como resposta directa a estes problemas são projectadas forças militares integradas em contextos organizacionais como o da Organização das nações Unidas (ONU) ou da OTAN, com o intuito de reduzir as situações de crise. As forças militares enviadas para estas zonas não vão para “fazer a guerra” mas sim para impedir que esta seja feita, actuando como elementos de pacificação. Surge diante este pano de fundo as Operações de Resposta a Crises (ORC), caracterizadas como “operações multifuncionais”, que englobam muito mais do que actividades militares, sendo o auxílio político e económico essencial tal como a ajuda humanitária.

Portugal tem contribuído nos últimos 51 anos com o envio de Forças Armadas (FA) de todos os ramos constituintes, como forças integradas no seio da OTAN desenvolvendo ORC, utilizando estas como ferramenta no cumprimento dos seus compromissos internacionais. Analisando a prestação das FA Portuguesas, mais concretamente de forças do Exército, deparamo-nos com o facto de a Artilharia de Campanha (AC) Portuguesa, ter sido mantida de lado, não actuando fora do Território Nacional (TN) uma única vez dentro do período de tempo descrito



Porque razão é que a Artilharia de Campanha não tem sido empregue em ORC como as outras armas?

Metodologia

Como **objectivo de investigação** pretendemos perceber se existe contexto para a actuação da AC como arma de apoio de combate que é em ORC, relevando a **importância do estudo** por estar este tema inserido na realidade das operações desenvolvidas pelo Exército Português e congéneres.

No entanto, falar de ORC revela ser um assunto muito extensivo, existindo a necessidade de **delimitar o estudo**, passando para uma análise mais concreta de ORC, as Operações de Apoio à Paz e delimitando o estudo de actuação das forças enviadas por Portugal, para um período de tempo bastante mais reduzido, ocupando uma janela de tempo de dez anos, desde o ano de 1995 a 2005.

Como **metodologia de investigação**, utilizou – se o método científico, recorrendo ao modelo dedutivo, incidindo-se o estudo em análise de documentos, análise de acontecimentos e entrevistas a pessoas com domínio do conhecimento do tema Para a sustentação do estudo, a pesquisa bibliográfica incidiu-se sobre documentos NATO, manuais Portugueses e Leis.

O tema que abordamos, foi centralizado na seguinte questão “ *Qual a viabilidade de emprego da Artilharia de Campanha Portuguesa em Operações de Resposta a Crises?*”

Para procurarmos obter a resposta á questão central enunciada, procedemos ao levantamento de um conjunto de três questões derivadas para servirem de base da análise. Através das respostas obtidas a estas, poderemos chegar a alguma conclusão para a questão central. As questões derivadas são as seguintes:

“Será que a Artilharia de Campanha, de acordo com as suas possibilidades e valências, se adequa ao Novo Ambiente Operacional como arma de apoio de combate?”

“As razões políticas e estratégicas de Portugal são elementos dissuasores do emprego da Artilharia de Campanha?”

“De que forma é que a Artilharia de Campanha Portuguesa, reúne condições para a participação em Operações de Apoio á Paz?”

O trabalho possui uma **organização e conteúdo** estruturados em uma introdução e quatro capítulos e após estes encontra-se as considerações finais e algumas propostas.

O primeiro capítulo consta de um enquadramento conceptual para sustentar o trabalho, retratando o surgimento da OTAN as várias alterações ao seu conceito estratégico até ao conceito onde surgem as ORC e abordando também as características e tipologia



destas operações. Reflete as alterações que ocorreram na Estrutura Militar da OTAN e o consequente aparecimento das NATO Response Forces (NRF).

O segundo capítulo aborda o novo Ambiente Operacional, caracterizando a assimetria dos conflitos e explora ligeiramente o conceito *Three Block War*. É feita uma análise da Aplicação da AC em OAP e os problemas que derivam do empenhamento desta no combate que se desenvolve em áreas urbanas.

O terceiro capítulo retrata as Novas missões das FA, analisando a participação de Portugal com Forças Nacionais Destacadas (FND) integradas na estrutura militar da OTAN desde 1995 até 2005. Analisa o planeamento Estratégico de Portugal e termina com a análise da participação de FND ao encargo das NRF.

O quarto e último capítulo de análise, começa por abordar as capacidades necessárias que a OTAN estabelece para cada país, quanto à participação de forças militares integradas nesta estrutura, comparando com o que Portugal possui. Segue examinando a participação corrente de uma Unidade de AC no âmbito das NRF e verifica como a AC se tem adequado às OAP, no contexto das missões e tarefas que pode desenvolver,

As considerações finais e as propostas surgem no seguimento do quarto capítulo respondendo á questão central que norteou toda este esforço de pesquisa, terminando o trabalho com os necessários apêndices e anexos.



CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

O capítulo que se segue, tem como objectivo contextualizar o que são ORC e suas características. Inicia na génese da OTAN e no conceito de gestão de crises, abarcando a evolução do conceito estratégico até a actualidade, descrevendo a origem das ORC. Com o 11 de Setembro a OTAN sentiu necessidade de readaptar-se aos desafios da segurança, pelo qual também é retratado neste capítulo a reformulação da estrutura de comandos e de forças da OTAN, de onde se origina as NRF.

1.1. Organização do Tratado Atlântico Norte – o conceito de gestão de crises

Em 1948, surge como resposta ao sentimento de insegurança existente na Europa perante a ameaça da potência militar no qual a URSS se transformou, após a II Guerra Mundial e diante do fracasso da Sociedade das Nações, o Tratado de Bruxelas a 17 de Março. Visando uma organização de alguns Estados da Europa Ocidental¹ ao nível da segurança e defesa, o tratado não era mais do que um acordo de assistência militar mútua caso decorresse um eventual ataque por parte da URSS a um destes membros. Contudo a realidade com que esses estados se defrontaram, foi o reconhecimento da sua fraqueza militar colectiva. Diante tal facto a 18 de Março de 1949 é ratificado o Tratado do Atlântico Norte entre os países do anterior Tratado de Bruxelas, juntamente com os EUA, Canadá, Irlanda, Dinamarca, Itália, Noruega e Portugal. O acordo feito entre estes doze países de ambos os lados do Atlântico, tinha por objectivo² a criação de um sistema de defesa colectiva efectivo, capaz de se opor à pressão militar e política, e evitar o alargamento da URSS à Europa de Leste e a outras regiões do continente.

¹ Os países que assinaram o Tratado de Bruxelas foram: Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, França e Reino Unido constituindo a União Europeia Ocidental (UEO) que se desenvolveu paralelamente à OTAN ao longos dos tempos

² “Objectivo da Aliança é o de salvaguarda da liberdade e segurança de todos os seus membros, através de meios políticos e militares, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas. Apoando-se em valores comuns de democracia, de respeito pelos direitos do homem em primazia do direito, a Aliança empenha-se desde a sua criação em instaurar uma ordem pacífica, justa e duradoura na Europa.” (NATO, The Alliance's New Strategic Concept, 2005)



Qualquer ataque dirigido a um dos países membros seria considerado um ataque a todos eles, como se refere o 5º Artigo do tratado:

“As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, consequentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas mais providências tomadas em consequência desse ataque são imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais.” (NATO, 2001)”

A primeira formulação do conceito estratégico da OTAN, conhecido por “conceito estratégico para a Defesa do Espaço Atlântico Norte” definia um conjunto de operações de grande envergadura no âmbito da defesa territorial dos países aliados. A estratégia assentava na “retaliação maciça” com base na dissuasão através da ameaça do emprego de meios nucleares, e na “defesa avançada”³ como resposta a qualquer agressão.

Para fazer face à OTAN em 1955, a URSS juntamente com a Alemanha Oriental, Roménia, Bulgária, Hungria, Polónia e a Checoslováquia, ratificam o Pacto de Varsóvia que estabelecia um semelhante compromisso de ajuda mútua em caso de agressões militares a estes países. Este era o panorama do sistema internacional no momento, duas organizações fortes, opostas, com um elevado clima de tensão entre Este e Oeste, provocado pela capacidade de uso de armas nucleares em ambas as facções.

A mudança na abordagem estratégica da OTAN ocorreu em 1967 substituindo-se a “retaliação maciça” por “resposta flexível” dando uma imagem de flexibilidade de actuação à OTAN, pretendendo estabelecer uma ideia de insegurança e medo a qualquer possível agressor. Neste momento decorria a Guerra Fria⁴, uma confrontação ideológica e militar, iniciada após a II Guerra Mundial, em que os adversários constituídos inicialmente pelas duas potências internacionais, EUA e a URSS, passaram a ser duas organizações, a OTAN e os países do Pacto de Varsóvia.

Durante a Guerra Fria o objectivo principal da OTAN era, como já referido, definido pela existência da ameaça representada pelo Pacto de Varsóvia – a segurança territorial.

Em 1991 extingue-se por completo a ameaça com a dissolução do Pacto e consequente desmoronamento da URSS. Desta forma o conceito de ameaça

³ Dissuasão do Inimigo através da manutenção de uma forte postura defensiva, com um grande número de forças, em elevado estado de prontidão, estacionadas perto de uma zona antecipada de confrontação. (FERNANDES, 2001)

⁴ A guerra fria inclui uma gama de acções em que a coacção reveste as formas de acção política, economia e psicológica, combinada com o eventual aprontamento e movimentação de meios militares e com a ameaça potencial da acção militar. (BORGES, Tenente-Coronel Vieira, 2008, p. 17)



proveniente da URSS é colocada de parte sendo posto em causa, tal como a necessidade da OTAN continuar existir. Nesta altura começa a surgir um novo ambiente estratégico. A instabilidade que existe em regiões da Europa central e de leste, em grande parte originada pelo desagregamento da URSS, provocou diversos conflitos regionais, alimentados pela fragilidade política, económica e social de alguns Estados falhados, por tensões étnicas, pelo abuso dos direitos humanos e pela proliferação de armas de destruição maciça.

Dá-se uma deslocação geográfica da ameaça, inicialmente a Norte (de acordo com localização da URSS) para uma zona propícia de grandes focos de tensão localizada mais a Sul. Os riscos que poderiam comprometer a segurança da Aliança revelam-se complexos e multi – direccionais.

A 7 Novembro 1991 ocorre a Cimeira de Roma⁵, onde o conceito estratégico da OTAN é alterado face ao novo ambiente estratégico. O objectivo da OTAN passa a ser a Segurança Mundial em vez da Defesa avançada. A premissa de que a ameaça de um ataque em grande frente e escala ocorresse, foi colocada de lado assumindo que, os riscos à segurança da Aliança poderiam advir da instabilidade de certas regiões. É reconhecida a necessidade mais acentuada de se atingirem os objectivos por meios políticos abordando o uso do diálogo e da cooperação, em prol da actuação estritamente militar, para que fosse possível o desenvolvimento da confiança mútua, incluindo a parceria entre todos os países europeus na procura de soluções para os problemas de segurança e estabilidade, no seio da Europa. Através desta alteração do ambiente estratégico, o conceito de gestão de crises e prevenção de conflitos é introduzido pela primeira vez como objectivo da OTAN:

“Nestas novas circunstâncias, as possibilidades de resolver rapidamente as crises são maiores que anteriormente. O sucesso da política da Aliança exigirá uma aproximação coerente, determinada pelas autoridades políticas da Aliança escolhendo e coordenando as medidas apropriadas à gestão das crises a partir de um leque de opções políticas e de outra natureza, incluindo a vertente militar”⁶ (NATO, The Alliance's New Strategic Concept, 2005)

Este novo conceito também levou a alteração da constituição das forças militares da Aliança bem como das suas missões, assumindo diferentes funções em tempos de paz, de crise e de guerra. O principal papel das forças armadas continuava na garantia da segurança e integridade territorial dos Estados

“Em tempo de paz, as forças armadas Aliadas devem proteger os países membros contra ameaças à sua segurança, contribuir para a manutenção da estabilidade e do equilíbrio na Europa e assegurar a prevenção da Paz” (NATO, The Alliance's New Strategic Concept, 2005)

“ Em caso de crises que levem a uma ameaça militar contra a segurança dos países membros, as forças armadas da Aliança podem completar e reforçar acções políticas no quadro de uma concepção ampla de segurança, e contribuir para a gestão pacífica de crises” (NATO, The Alliance's New Strategic Concept, 2005)

⁵ Antecedente à Cimeira de Roma, ocorreu uma reunião, em Julho de 1990, em Londres, onde os Chefes de Estado e Governo dos países da OTAN acordaram na necessidade de adaptar a Aliança à nova Europa.

⁶ Tradução Livre



Surge como possibilidade, um alargamento geográfico da actuação das forças militares da OTAN, para além da restrição anterior - segurança territorial dos países aliados, ou seja começa-se a tender para a universalização das missões da OTAN “ Além disso os Aliados podem dar o seu contributo para a estabilidade e a paz no mundo enviando as suas forças em missões das Nações Unidas” (NATO, The Alliance's New Strategic Concept, 2005).

1.2. OTAN e a ONU – “State Building”

O relatório “Agenda para a Paz” de Boutros Boutros – Ghali⁷, realizado no âmbito da ONU em Junho de 1992, apresentou várias sugestões para aumentar a capacidade da ONU na resposta às ameaças à segurança internacional, reflectindo a necessidade de intervenção militar em casos identificados como conflitos étnicos, religiosos e tribais que afectavam os Estados. A ideia do “post-conflict peace bulding” surge neste relatório e visa como objectivo final, a construção de Estados utilizando as forças militares para ajuda humanitária ou imposição da paz. Esta ideia apresentou-se como uma novidade na área de segurança internacional. (ALMEIDA, 2004)

O conceito de “State-bulding” (construção de Estado) sucessor do anterior, começa a ter relevância para a segurança internacional “ a reconstrução das instituições e das estruturas dos Estados, afectados por guerras civis, é de uma importância fundamental para preservar a segurança internacional” Boutros – Ghali *in* Almeida (2004).

Através deste relatório é dada uma crescente legitimidade das intervenções militares como elemento fundamental de auxílio ao “state-bulding”. Em Junho do mesmo ano, na reunião de Oslo, o Conselho do Atlântico Norte⁸ (NAC), decidiu que as forças da OTAN estariam disponíveis para apoiar operações de manutenção paz, sob responsabilidade da Conferencia para a Segurança e Cooperação na Europa (a actual Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, OSCE).

Pela primeira vez a OTAN reconheceu as operações de paz como parte das suas funções na área da segurança e alguns meses mais tarde afirmou a disponibilidade das suas forças participarem em operações de paz sobre a autoridade da ONU. Através deste reconhecimento, as forças militares da OTAN iniciaram operações militares na Antiga República da Jugoslávia.

O conceito de Combined Joint Task Force, Forças Conjuntas e Combinadas, foi introduzido inicialmente em 1993 no NAC, como necessidade de reformular a estrutura

⁷ Secretário - geral da ONU de 1991 a 1996

⁸ Um dos órgãos constituintes da OTAN



militar, tendo sido aprovado na Cimeira de Bruxelas⁹ em 1994. O conceito reflecte a decisão dos Chefes de Estado e Governo da OTAN, na constituição de forças militares de emprego rápido para desempenharem todo o espectro de missões da Aliança, dentro das quais missões lideradas pela UEO (NATO, NATO Handbook, 2001).

Estas forças militares tinham a característica de poderem ser formadas por países exteriores às nações membros da Aliança (daí carácter conjunto) constituindo deste modo uma rede de parceiros cooperantes, todos com um interesse na preservação e promoção da estabilidade e da prosperidade – é estabelecido a Parceria para a Paz¹⁰ (PfP). Com um carácter multinacional e combinada, uma CJTF é definida como

“Força multinacional conjunta e combinada, architectada para o cumprimento do total espectro de missões da OTAN na qual o Comandante desta mesma, desenvolve as suas acções de comando a partir de um Quartel-general multinacional conjunto. A força pode ser constituída por elementos militares de países não pertencentes às Nações membro da OTAN.”¹¹ (NATO, 2005)

1.3.Novo Conceito Estratégico de 1999 – Aparecimento das Operações De Resposta a Crises

Em 1995 a OTAN enviou um conjunto de forças militares para a crise que decorria na Bósnia, sobre autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Implementation Force (IFOR), desenvolveu uma operação de manutenção de paz, reunia 34.300¹² efectivos, teve a duração de um ano, o seu objectivo era criar um ambiente de segurança que permitisse a aplicação de alguns acordos feitos anteriormente. Em 1996, é enviada uma nova força em substituição da IFOR, de nome Stabilization Force (SFOR), que deu continuidade à operação desenvolvida pela força anterior, possuía um efectivo mais reduzido de 22.530¹³ homens. Um ano mais tarde, em 1997, os dirigentes da OTAN propõem na Cimeira de Madrid, uma actualização do conceito estratégico utilizado (que já se espelhava incompleto) para que reflectisse as mudanças da organização e do ambiente estratégico que se afirmava. A Aliança desenvolvia relações estreitas de parceria militar e política, de cooperação e de diálogo com a Rússia e com a Ucrânia. O acesso de novos membros¹⁴, a colaboração com outras organizações internacionais (como é o caso da ONU, OSCE e a UEO), o empenho na prevenção de conflitos e gestão de crises como o exemplo

⁹ Nesta mesma cimeira a OTAN diz “apoiar de acordo com os seus próprios procedimentos, operações de manutenção de paz e outras operações sob a autorização do Conselho de Segurança da ONU ou sob a responsabilidade da OSCE, inclusive disponibilizando recursos e conhecimentos da Aliança” (MDN, AS Organizações internacionais e o seu envolvimento em Operações de Paz, 2000, p. 33)

¹⁰ A OTAN lançou em 1994 a Parceria para a Paz, que não era mais do que um programa de cooperação e assistência militares adaptado às necessidades individuais de cada país participante, para ajudar o processo da reforma militar e ajudar a desenvolver tropas compatíveis com a OTAN.

¹¹ Tradução Livre

¹² (MDN, 2000, p. 33)

¹³ (MDN, 2000, p. 34)

¹⁴ Desde 1949 até 1999 aderiram oito países



da crise na Bósnia, tal como a reforma ocorrida nas estruturas militares com a criação das CJTF, são exemplos claros da mudança do ambiente estratégico.

Assim, ao objectivo de “salvaguarda da liberdade e segurança de todos os membros através de meios políticos e militares” (NATO, The Alliance's New Strategic Concept, 2005) foi adicionado o contributo para a paz e a estabilidade na área Euro - Atlântica, face aos riscos¹⁵, crises e conflitos que aí potencialmente possam vir a afectar a segurança. O novo conceito estratégico de 1999 enuncia:

“Procurando concretizar a sua política de prevenção de Paz, de prevenção da Guerra e de aumento de estabilidade e segurança, a NATO [OTAN] deverá procurar, em cooperação com outras Organizações, evitar os conflitos ou, caso surja uma crise, contribuir para a sua gestão efectiva em consonância com a Lei Internacional, inclusive através da possibilidade de levar a cabo operações de resposta a crises não – Art.5.º” (MDN, 1999, pp. II-19)

É através desta evolução que surgem as operações Não - Artigo 5º¹⁶ (NA5CROs) ou mais conhecidas por Operações de Resposta a Crises, definidas como

“Operações multifuncionais, que englobam actividades políticas, militares e civis, iniciadas e executadas de acordo com a lei internacional, incluindo a lei humanitária internacional, para contribuir para a prevenção e resolução de conflitos e gestão de crises na prossecução dos objectivos da Aliança”¹⁷ (NATO, 2005))

O objectivo das ORC é o envio de forças militares e elementos civis (como organizações não governamentais) para áreas onde decorrem conflitos ou crises, no sentido de criarem uma paz auto-sustentável e consequentemente um Estado Democrático onde as três funções, legislativa, executiva e judicial consigam ser desenvolvidas sem auxílio de uma personagem exterior.

Não existe qualquer obrigação formal para as Nações membros da OTAN participarem em ORC, no entanto o mesmo não acontece com as operações de Artigo 5º, onde as Nações membros estão formalmente comprometidas a actuar quando se torna necessário restaurar e manter a segurança da área do Atlântico Norte.

Operações de Apoio à Paz

As ORC são constituídas por um vasto leque de operações, mas dividem-se num primeiro patamar em dois tipos: em Operações de Apoio à paz¹⁸ (OAP) e em Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises¹⁹.

¹⁵ “Desaparece a anterior ameaça sendo substituída por novos riscos de segurança, incertos e instáveis, alargando-se os interesses de segurança a factores políticos, económicos, sociais e ambientais, que podem ser afectados por actos de terrorismo, sabotagem, crime organizado e ruptura de fornecimentos em recursos vitais.” (MDN, Conceito Estratégico da NATO de 1999 evolução desde 1968, 1999, pp. I - 10)

¹⁶ Designam-se por operações Não - Artigo 5º porque não estão contempladas na tipologia de operações descritas no Tratado de Washington, e porque vão para além da área de actuação definida neste mesmo artigo.

¹⁷ Tradução livre

¹⁸ Também conhecidas por Peace Support Operations (PSO)

¹⁹ Ver Apêndice E- Operações de Resposta a Crises



As OAP são operações que estabelecem, através da actuação de forças militares, um ambiente seguro no qual as agências civis possam reconstruir as infra-estruturas necessárias para se criar uma paz auto-sustentada.

“Operações multifuncionais conduzidas de forma imparcial, normalmente em apoio a uma Organização Internacional (OI) como a ONU ou a Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE), envolvendo forças militares e agências diplomáticas humanitárias. São operações desenhadas para atingir um acordo político a longo termo ou então outras condições específicas.”²⁰ (NATO, 2005).

Constituídas por operações que diferem umas das outras devido ao ambiente operacional onde decorrem²¹, variam de acordo com a combinação de princípios base que as regulam e norteiam, sendo classificadas como: Manutenção da Paz (PK)²², Imposição da Paz (PE)²³, Prevenção de conflitos (CP)²⁴, Restabelecimento da Paz (PM)²⁵, Consolidação da Paz (PB)²⁶ e Operações Humanitárias (HO)²⁷.

1.4. 11 de Setembro 2001 – a adaptação da OTAN

Com o atentado terrorista ao World Trade Center e ao Pentágono a 11 de Setembro de 2001, a OTAN confrontou-se com uma necessidade urgente de responder rapidamente aos desafios de segurança - o terrorismo, a disseminação de armas de destruição maciça, os estados falhados com tecnologia ameaçadora e a instabilidade. (BARTOLI, 2006). Para tal em 2002 decorreu em Praga uma cimeira onde, entre outros objectivos, se propôs a revisão da estrutura de comandos e de forças, e as novas capacidades militares da Aliança.

Estrutura de comandos

Ao longo da existência da OTAN a estrutura de comando foi se adaptando as consequências do novo ambiente estratégico, no entanto a maior reestruturação foi proposta na Cimeira de Praga com o objectivo de tornar "uma estrutura de comando mais efectiva, eficaz e destacável com vista a satisfazer os requisitos operacionais de toda a gama de missões da Aliança". (VALLANCE, 2003).

O âmagio da alteração organizacional baseou-se no conceito do uso da funcionalidade em prol da geografia, como tinha sido empregue até a altura. Os comandos apresentavam-se em grande número e muito dispersos geograficamente, levando a duplicações funcionais e a desperdício de recursos.

²⁰ Tradução livre

²¹ Pode ir desde ambientes permissivos a hostis, influenciados pela população, organizações locais e actividades desenvolvidas pela comunidade internacional

²² Peacekeeping-PK

²³ Peace Enforcement -PE

²⁴ Conflict Prevention – CP

²⁵ Peacemaking - PM

²⁶ Peace Bulding - PB

²⁷ Humanitarian Operations - HO



A estrutura comandos, designada por NATO Command Structure (NCS) foi reorganizada para dois comandos ao nível estratégico, o Allied Command Operations (ACO) comandando pelo Supreme Allied Command in Europe (SACEUR) com responsabilidades operacionais, e no Allied Command Transformation (ACT) comandado por sua vez pelo Supreme Allied Commander Transformation (SACT) com responsabilidade de promover e supervisionar a contínua transformação das forças e capacidades da OTAN.

Ao nível operacional, subordinado ao ACO, mais concretamente ao Quartel-general (QG) SHAPE onde o SACEUR se encontra, reduziram-se de sete para três QG operacionais, dois Standing Joint Force Commands ao nível terrestre e um Standing Joint Headquarters (JHQ) com capacidade de projectar um QG de um Sea-based (base naval) CJTF, responsáveis pelo controlo de todas as futuras operações da Aliança.

A um patamar mais abaixo, formaram-se seis comandos de nível tático, os Joint Force Component Commands (JFCCCs) para cada espectro de actuação: mar, terra e ar, reduziu-se assim de dez para seis comandos, quatro Static Combined Air Operations Centres (CAOCs) e dois Deployables CAOCs.

Estrutura de Forças – NATO Response Force

“The NATO Response Force is a ready, agile and flexible force crucial to the health and success of our alliance in the coming years. As a key element of our NATO military culture, the NRF can enable the alliance to better meet threats to security and stability in the 21st century.”
(CRADDOCK, 2007)

O conceito de NATO Response Force (NRF) foi proposto pelo Secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, dos E.U.A. numa reunião informal de Ministros da Defesa da OTAN, a 24 de Setembro de 2002 em Varsóvia. O conceito consistia numa força da OTAN com uma capacidade para rapidamente se projectar e autosustentar durante determinado tempo no cumprimento de qualquer missão do espectro de missões da OTAN em qualquer zona do globo. Na cimeira de Praga este conceito foi mais elaborado atribuindo as seguintes características à NRF:

“-ter a capacidade de actuar como e quando necessário, conforme instruções do NAC, no cumprimento de qualquer missão da Aliança;

-Proporcionar ao SACEUR e aos Comandos do segundo nível uma força disponível e projectável com um curto período de aviso (5 a 30 dias);

-as missões da NRF abrangem todo o espectro de operações da Aliança podendo, a título de exemplo, incluir:

-Projecção como força isolada para fazer face a uma crise inesperada;



-Projecção como força inicial²⁸ preparada para receber/ enquadrar as forças que se lhe sigam;²⁹

-Actuar como força inicial numa operação deliberada de larga escala, visando assegurar linhas de comunicações, locais de desembarque e a preparação do Teatro de Operações para a actuação de outras forças que a sigam;

-Ser autónoma e ter a capacidade para combater sozinha por um período de 30 dias;

-Dispor de:

-Protecção química e biológica, radiológica e nuclear (CBRN);

-Capacidades de comando, controlo e comunicações (C3) seguras e interoperáveis;

-Efectiva capacidade de combate e interoperabilidade;

-Meios para projecção rápida e de sustentação.” (MDN, 2002)

Em 2003 no encontro de Ministros de Defesa da OTAN, em Bruxelas, foi aprovado o conceito e é dada ordem para a sua implementação. Na Cimeira de Riga em Novembro de 2006 é enunciada que a NRF está constituída “ O estabelecimento das NATO Response Force (NRF) que hoje está em plena capacidade operacional ...”³⁰ (NATO, 2009)

Constituição, Comando e Controlo

A essência da NRF, é uma força de carácter conjunto formada pelas componentes aérea, terrestre, naval e operações especiais, rondado um efectivo de 25 000 homens. O nível da componente terrestre tem por organização base um escalão Brigada, onde deverão estar representados todos os sistemas de combate, apoio de combate e apoio de serviços, correspondentes a um módulo de capacidades³¹, obedecendo a um conjunto de requisitos específicos³². A NRF pode evoluir para uma força de maiores dimensões organizada segundo o conceito de CJTF.

O seu comando está inserido na Estrutura de Comando da OTAN. O NAC é quem toma a decisão política para a utilização desta força, e depois de tomada, é feita uma transferência de autoridade (TOA) para o SACEUR, que passa a ter o comando estratégico sobre a força e os QG's providenciados pelas nações. O responsável pela geração destas forças é o SACEUR que através de um catálogo de forças e meios necessários baseados nas Combined and Joint Statement of Requirements (CJSOR), define a estrutura e composição. Consequentemente é responsável pela rotação das mesmas e dos comandos que a integra. O Joint Force Commander (JFC), é um dos comandantes de cada JHQ é

²⁸ Initial Entry Force (IEF)

²⁹ Após a cimeira foi considerado que o emprego de NRF como IEF seria pouco provável, em virtude de se considerar que para este tipo de missão, a força deverá ser especificamente preparada, estruturada e treinada não sendo esta exigência compatível com uma força constituída por elementos de diferentes países e treinada em locais diferentes, tendo sido retirada esta missão do quadro de actuação da NRF. (Coronel Santos, 2009)

³⁰ Tradução Livre

³¹ Entende-se por módulo de capacidade, uma determinada subunidade que pode ser de manobra, apoio de combate ou apoio de serviços

³² Ver Apêndice J



quem, depois de delegado pelo SACEUR, exerce o controlo operacional e detém a autoridade sobre os elementos constituintes da NRF. Faz com que sejam cumpridos todos os critérios necessários para a creditação da força, competindo-lhe o treino operacional desta.



CAPÍTULO II

A ARTILHARIA DE CAMPANHA NA REALIDADE DAS ORC

O capítulo anterior retratou a génese e características das ORC e descreveu quais forças da OTAN que desenvolvem esta tipologia de operações. Necessitamos de compreender agora a realidade do Ambiente Operacional e com que presentemente nos deparamos e se realmente a AC, globalmente falando, tem aplicabilidade como Arma cumprindo com as suas valências ou se simplesmente tem que se adaptar, realizando missões e tarefas mais destinadas a outras Armas. Para tal iremos analisar neste capítulo o novo Ambiente Operacional, onde as áreas urbanas são o palco dos conflitos, as características das operações que decorrem nestas áreas, de entre as quais das OAP seguindo o conceito *Three Block War*, e mais concretamente a aplicabilidade e a problemática da actuação da AC em áreas urbanas desenvolvendo OAP.

2.1.O novo Ambiente Operacional – Conflitos Assimétricos

O Ambiente de Segurança Internacional actual é influenciado por perturbações existentes em zonas de instabilidade³³, onde os riscos de separatismos, disputas étnicas, conflitos entre fronteiras e migrações maciças, são alguns dos problemas mais comuns. Ao mesmo tempo, com o aumento de actores³⁴ “quase - Estados” aumentam os riscos do terrorismo, do crime organizado e o acesso a materiais de elevado poder de destruição³⁵. Este quadro representa a realidade das Ameaças e Riscos actuais para a Segurança Internacional constituindo a Nova Conflitualidade. (MDN, 2001) . O Ambiente Operacional Contemporâneo é marcado pela Nova Conflitualidade, que é então definida

“... por um significativo crescimento das ameaças, traduzidas em acções violentas não convencionais; no terrorismo; na proliferação de armas de destruição maciça e na interligação de capacidades inesperadas com fins, também eles não ortodoxos. As áreas urbanas e terrenos difíceis (zonas desérticas, a selva ou regiões montanhosas), as linhas de comunicação terrestre e marítimas, as áreas de retaguarda e também o espaço aéreo e ciberespaço, são os campos de batalha preferencial para aquelas acções” (RAMALHO, Tenente-General Pinto, 2007)

³³ Estende-se desde a África Subsariana, aos Balcãs e ao Médio Oriente, passando pelo Cáucaso e Ásia Central

³⁴ “Os actores intervenientes nestas acções são normalmente milícias à ordem de “senhores da guerra”, ou forças convencionais utilizadas de forma não convencional, forças para – militares com preparação avançada no quadro das operações especiais, forças de guerrilha e irregulares, “snipers”, atentados suicidas, terroristas, anarquistas, grande criminalidade organizada, cientistas radicais e hacker, muitas vezes estimulados por dirigentes radicais, políticos ou religiosos.” (RAMALHO, Tenente-General Pinto, 2007)

³⁵ Equipamentos e material nuclear, biológico e químico.



A assimetria do conflito³⁶ advém neste contexto, ocorrendo o confronto entre duas partes desiguais quanto ao potencial de combate³⁷. A parte designada de mais fraca opõe-se com sucesso a outra, através da acção directa e frontal utilizando a estratégia do conflito assimétrico “(...) a estratégia do conflito assimétrico consiste em tirar partido dos pontos fracos de um adversário mais forte, utilizando capacidades inesperadas ou empregando-as de forma não convencional.” (RAMALHO, Tenente-General Pinto, 2007) . Sendo assim, o lado mais “fraco” nos actuais conflitos procura compensar as suas desvantagens obrigando a desenvolver o combate directo em terrenos difíceis, como é o caso das zonas desérticas, montanhosas e mesmo em selva, ou em áreas urbanas, no centro das populações, este último, o mais complexo e restritivo de todos. A intervenção de forças da OTAN desenvolvendo missões no âmbito das ORC, mais concretamente OAP, no contexto do novo ambiente operacional, implica que estas sejam treinadas e equipadas para actuarem em situações onde o factor humano, representado pelos habitantes destas áreas, é em número elevado restringindo a actuação das forças militares como iremos ver mais adiante.

2.2.O Combate Urbano “ The Three Block War”- A Guerra de Três Blocos

O combate em áreas urbanas é desenvolvido num espaço onde as forças militares convencionais se deparam com um ambiente difícil e multidimensional. As construções e a configuração de toda a envolvente condicionam a mobilidade táctica, as capacidades dos materiais e o poder de fogo. Os danos colaterais, tanto na população como nas infra-estruturas, o fratricídio e o efeito “NBC”, tomam uma grande dimensão na problemática da actuação em ambientes urbanos. O conceito de ambiente operacional “ The Three Block War “introduzido pelo General Charles Krulak³⁸ em 1997, consiste numa caracterização dos conflitos presentes e futuros, baseados em guerras assimétricas com particular lugar em áreas urbanas onde

“Num momento, uma força militar poderá, num determinado local, ter uma sub - unidade envolvida em acções humanitárias, distribuindo comida ou roupas a refugiados, noutro local, forças envolvidas em operações de apoio à paz, mantendo separadas forças hostis e, finalmente, em outro local, uma terceira sub -unidade intervindo num combate de média intensidade, mas de grande letalidade - tudo isto em três blocos distintos numa cidade, no mesmo dia.”³⁹

36 “ (...) o conflito assimétrico caracteriza-se por acções conduzidas por actores, estados, quase estados, ou não estados , com vista a ultrapassar ou negar capacidades do oponente, pondo ênfase na afectação/ agravamento das vulnerabilidades percebidas; utiliza meios não habituais, que ponham em causa valores distintos ou antagónicos, levando a cabo estratégias não tradicionais, empregando capacidades não convencionais ou não ortodoxas para atingir os seus fins.” (RAMALHO, Tenente-General Pinto, 2007)

37 O potencial de combate é o valor resultante da combinação dos meios materiais com a força moral de uma unidade. (EME, Regulamento de Campanha Operações, 2005)

38 31º Comandante do Corpo de Marines do EUA

39 Tradução livre



A superioridade da força não é justificada somente por números como também pela capacidade de adaptação proveniente da flexibilidade desta. As acções desenvolvidas neste espaço, atravessam algumas operações do espectro de operações militares⁴⁰, passando das mais simples operações de assistência humanitária até operações de combate de média intensidade.⁴¹ A doutrina, a organização, as formas de comando e controlo, os materiais e a formação e treino dos militares, continuam a ser reformulados para que o de as operações desenvolvidas em áreas com tais características, tenha uma percentagem de danos colaterais de ambas as partes muito reduzida.

“ (...) a força terrestre do futuro tem de ser encontrada em concepção de emprego, em organização, em armamento e equipamento que permitam, sem grandes alterações, estar pronta a desenvolver operações em cada um dos cenários previsíveis da sua actuação. Face a esses cenários a força terrestre deve ser concebida, organizada, armada e equipada, aprontada e sustentada para desenvolver operações terrestres simétricas (...) e operações assimétricas para fazer face a conflitos variados onde as armas possam estar presentes (...)”. (General Espírito Santo, 1998, p. 7)

Será que AC de acordo com as suas possibilidades e valências, se adequa ao novo Ambiente Operacional como arma de apoio de combate?

2.3. Aplicação da Artilharia de Campanha em OAP

“A Artilharia de Campanha executa fogos de supressão, neutralização e destruição através dos seus sistemas de armas e integra todo o apoio de fogos nas operações da força” (EME, 2004) .

A primeira imagem que se associa à AC desenquadra-se com a ideia das acções que se desenrolam em OAP, à associação mais genérica do emprego da AC é feita com o conceito do belicismo, onde a destruição é o quadro final após a sua utilização. Contudo essa ideia não poderia estar mais errada.

Composta por um conjunto de três subsistemas próprios, são integrados para que o Apoio de Fogos seja o resultado essencial, a AC tem uma panóplia de características, que a permitem efectuar mais do que a sua missão primária. De acordo com a publicação aliada quanto às OAP, o AJP 3.4.1, descreve que na AC

“Os radares de localização de morteiros e outros instrumentos de detecção podem auxiliar a força na prevenção, através da detecção de possíveis ataques ou outras violações. O envio de veículos aéreos não tripulados (UAV's) (...), podem ter uma particular utilidade na vigilância Teatro de Operações (TO), monitorizando as forças hostis bem como os movimentos dos refugiados. A AC pode exercer uma função dissuasiva bem como uma capacidade de contingência quanto à resposta directa à escalada da violência. A iluminação com Morteiros e Artilharia e quando apropriado, o uso de granadas HE⁴², podem ser utilizados para acções de demonstração de força ou para até mesmo deter ataques hostis. (...)”⁴³ (NATO, 2003)

⁴⁰ Ver Anexo C

⁴¹ Este conceito não se adequa a todas as operações, podendo-se desajustando-se como é o caso das operações que decorrem no Afeganistão, onde basicamente só existe ajuda humanitária e OAP, sendo só “Two Block War”

⁴² High Explosive

⁴³ Tradução livre



Um Apoio de Fogos eficaz permite a redução de forças de manobra no terreno, limitando uma possível escalada de violência e aumento de casualidades das nossas forças. Nas OAP, o uso da AC ou simplesmente a ameaça do seu emprego, pode influenciar as forças beligerantes a tomarem determinadas acções, reduzindo-lhes o ímpeto e muitas vezes a moral. Nestas operações, os danos colaterais bem como as casualidades resultantes têm que ser necessariamente atenuados, pelo que o Apoio de Fogos deve ser preciso, flexível, apropriado e proporcional na resposta. A AC não é uma arma dispensável em OAP, sendo reflectida e justificada a sua importância nesta tipologia de operações, no STANAG 2484 AArtyP-5 onde se caracterizam vários aspectos descritos seguidamente:

A presença de AC permite ao Comandante da Força exercer as suas funções de Comando e Controlo, utilizando as boas linhas de comunicações digitalizadas da AC como alternativa às linhas principais de comando.

A capacidade de combate da força interveniente em OAP⁴⁴ deve ser o suficiente para ultrapassar a capacidade da força beligerante. Assim o emprego ou a ameaça do emprego de AC causa Intimidação, pelo facto de ser uma Arma de elevado poder de destruição. A credibilidade da Intimidação é resultante de uma cadeia de Comando coerente e clara que tem sempre presente as Regras de Empenhamento (ROE⁴⁵).

Uma rápida projecção e a utilização de fogos indirectos, nomeadamente a AC, 24 sobre 24 horas em quaisquer condições meteorológicas, permitem resposta a agressões das forças beligerantes, oferecendo ao Comandante da Força uma actuação rápida e contínua, cobrindo uma vasta área de operações. As munições de precisão⁴⁶ permitem uma aquisição mais concreta dos alvos reduzindo os danos colaterais e outros problemas já descritos.

O uso de munições iluminantes, de fumo e de salva (proporcionando efeitos não letais), podem desencorajar as facções beligerantes a tomar determinadas acções ou a adoptar outras de fácil previsão. Em grande parte possuem um efeito psicológico podendo ser utilizadas de forma táctica. Em alternativa, a presença de do sistema de armas em áreas de visibilidade intencional também conduz à mesma intenção.

As capacidades de alcance dos sistemas de AC permitem a cobertura de uma extensa área de actuação, bem como a capacidade de projecção rápida possibilita uma contínua cobertura de acordo com a movimentação das forças terrestres.

⁴⁴ O mesmo se requer para qualquer outra operação

⁴⁵ Rules of Engagement

⁴⁶ No entanto só existem munições de precisão para matérias de calibre 155mm.



A Protecção da Força para que ela possa manobrar de forma a ser aplicada em um determinado tempo e lugar é indissociável do uso de um Apoio de Fogos eficaz. A AC entra com importância nesta tarefa pois permite: Localizar, empenhar-se e neutralizar armas dos beligerantes; Negar às forças beligerantes a observação; Quando apropriado, empenhar-se sobre as forças beligerantes com fogos precisos e observados; Limitar a probabilidade de acções hostis através da intimidação pela demonstração manifesta da força.

Para as Notícias e Informações, o Apoio de Fogos tem uma grande contribuição para o Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance (ISTAR), através do uso dos meios de Aquisição de Objectivos que possui. As equipas de Apoio de Fogos têm a capacidade de rapidamente coordenar a vigilância e os requisitos para os ataques, assegurando um empenhamento rápido, em tempo oportuno e com precisão no campo de batalha, factores que devem ser explorados em OAP. Algumas tarefas que podem ser executadas com sistemas de Aquisição de objectivos e outros meios da AC são:

1-Quanto aos Observadores Avançados (OAv):

- Estabelecer vigilância em áreas sensíveis. Pode também existir a necessidade de estabelecer Postos de Observação em áreas disputadas;
- Monitorizar movimentos em áreas sensíveis;
- Actuar como comandantes / guias de comboios de ajuda humanitária;
- Actuar como Oficiais de Ligação em um Quartel-General (HQ)⁴⁷ Multi-nacional.

2-Quanto aos Sistemas de Localização de Armas – os radares e sistemas acústicos providenciam uma capacidade não agressiva ao Comandante da Força podendo:

- Monitorizar o cessar fogos;
- Permite aquisição de alvos de contra-bateria, protegendo a força;
- Permite adquirir violações de cessar-fogos;
- Demonstram ser meios de intimidação;
- Auxiliam na coordenação de fogos;
- Os radares auxiliam os helicópteros quando existem dificuldades nas condições de visibilidade

⁴⁷ Head- Quarters



3-Quanto aos UAV's (Unmanned Aerial Vehicle) – os veículos aéreos não tripulados colocam ao dispor do Comandante informação da área de operações sem que haja um “empenhamento de vidas” da força. A informação proveniente pode ajudar o Comandante a:

- Identificar caminhos para rotas de comboios de ajuda humanitária e identificar barreiras/ obstruções nestes;
- Monitorizar e documentar a presença de armas, equipamentos e actividades de forças beligerantes;
- Uma Monitorização condescendente, sem que as forças beligerantes reconheçam que estão a ser monitorizadas;
- Detectar e seguir movimento de refugiados.

4-No que consta quanto à Capacidade de Reabastecimento – a AC pode utilizar o seu canal de reabastecimento, nomeadamente as viaturas para auxiliarem no transporte de ajuda humanitária⁴⁸.

De acordo como que foi descrito, a AC tem requisitos para participar em OAP executando a sua missão primária, quando a necessidade do seu uso for mais elevada⁴⁹ ou executando missões paralelas com os próprios subsistemas que a constituem como acabou de ser referido.

Para além disso, a AC pode desempenhar tarefas fora do espectro de actuação artilheira, numa vertente mais da manobra⁵⁰ como são exemplo o patrulhamento, montagem e execução de postos de controlo, cerco e busca a áreas edificadas, controlo de tumultos ou escolta a viaturas entre outras, bastando para tal uma formação complementar aos militares que desempenham funções na AC. Contudo estas situações só ocorrem de acordo com as necessidades do momento na área de operações tendo o Comandante da Força a opção de o fazer.

2.4. AC em OAP - Aplicabilidade e Problemática das Áreas Urbanas

“...em termos de imagem se eu tenho um martelo, eu posso partir o vidro onde eu quero, mas se tenho uma marreta enorme, é difícil eu partir o vidro só naquele cantinho, de facto a AC em termos de imagem é uma marreta e não um martelo. Portanto quando é utilizada, é difícil dizer “vamos utilizar a AC com cuidadinho” porque de facto uma granada de 15,5 são 45 kg de explosivo tornando-se difícil dizer mata ali e não mata 10m ao lado”. (Coronel Santos, 2009)

⁴⁸ Devem ser utilizadas marcações específicas nas viaturas para que sejam identificadas de acordo com a Convenção de Genebra

⁴⁹ Ver Anexo B

⁵⁰ Entende-se por forças de manobra a Infantaria e Cavalaria.



O desenvolvimento de operações em áreas urbanas acarreta várias limitações para o empenhamento da AC, restringindo a actuação no foro do convencional. Conceitos como Danos colaterais, Fratricídio, ROE, são alguns desafios que o novo ambiente operacional coloca à AC.

Ambiente Urbano - Áreas Edificadas⁵¹

As operações desenvolvidas neste tipo de ambiente são caracterizadas por fortes limitações quanto à mobilidade das forças de manobra tal como da própria AC. As forças que atacam e que defendem, têm como vantagem a cobertura oferecida pela configuração da área, onde os edifícios constituem a maior parte das máscaras existentes, contudo estes dificultam a observação e as comunicações e limitam o tiro mergulhante. Normalmente o defensor tem vantagem e as operações desenvolvidas são geralmente lentas, desempenhadas por pequenas unidades aumentando o nível de descentralização e com um consequente aumento da extensão da frente de combate. Os danos colaterais na população civil, nas infra-estruturas e o fraticídio devem ter percentagens muito reduzidas pelo que o estudo da área de actuação é importante para que não haja acidentes inesperados, como é o caso da explosão de uma canalização de gás natural por simpatia, devido ao rebentamento de um projectil de AC. O uso de munições de precisão revela-se extremamente importante principalmente em zonas onde o fogo de AC é restrito. A proximidade de combate entre as forças beligerantes com as “nossas” forças (imaginando uma acção de combate desenrolada entre dois prédios), necessita de grande coordenação para o Apoio de Fogos com o uso de munições letais para que não ocorra fraticídio.

As ROE afirmam-se nestas operações para controlar os danos colaterais e o fraticídio, tendo como pilares considerações políticas, considerações militares e a lei do conflito armado. A tendência do combate nestas áreas é para deixarem de existir frentes de actuação rectas, bastando imaginar o conceito já referido da guerra de três blocos.

Consequentemente a não linearidade do espaço de batalha leva à já referida dispersão das unidades surgindo espaços vazios entre elas. As unidades de AC passam a incluir para além do acompanhamento das unidades de manobra, os flancos, a retaguarda e espaços vazios, isto é, espaços físicos não controlados pelas forças.

A actuação da AC em missões de apoio em 360º torna-se mais evidente e implica um aumento dos alcances dos materiais. Os tempos de resposta da AC, associados aos objectivos que se revelam mais fugazes⁵², necessitam de ser cada vez mais reduzidos.

⁵¹ (MDN, Manual do Grupo de Campanha, Projecto)

⁵² A tendência é para as forças serem maioritariamente móveis e de baixo escalão.



Nesta situação a organização convencional da AC reflecte-se desajustada nestas situações, obrigando a uma ginástica de flexibilidade, criando-se módulos próprios para cada situação e autónomos de acordo com as necessidades do TO.

Características dos Alvos Urbanos⁵³

As forças beligerantes possuem neste tipo de áreas esconderijos e abrigos utilizando muitos edifícios com bons acessos de entrada e saída. O topo dos telhados, os esgotos ou até mesmo canais subterrâneos, são zonas usadas por estas forças. A observação terrestre é bastante limitada pela configuração de toda a envolvente, principalmente com os edifícios a bloquearem a visibilidade, tornando-se ainda mais dificultada com os fumos e destroços provenientes dos rebentamentos. Nesta situação, os observadores aéreos tomam uma elevada importância para a aquisição de alvos porque conseguem ver em profundidade, detectando movimentos de tropas, posições nos telhados de possíveis snipers e OAv's, ou até mesmo fortificações no interior das áreas urbanas. Da mesma forma conseguem regular os fogos podendo servir auxiliares no “relay” (retransmissores) entre comunicações terrestres. Os alvos seleccionados em primeira mão são os que comportam os beligerantes nos topos dos edifícios, acabando com a capacidade de observação assim, como possíveis equipamentos de radares e de comunicações.

Os OAv ou os observadores aéreos devem identificar o espaço morto de um objectivo, isto é, o espaço onde os fogos indirectos não conseguem embater por causa das cristas intermédias existentes representadas pelos edifícios, estes espaços podem ser utilizados como áreas de segurança para os beligerantes.

. Para o tiro mergulhante de AC, o espaço morto equivale a cinco vezes a altura do objectivo em distância, para tiro vertical de morteiros o espaço é reduzido para só um quarto da altura do objectivo em distância⁵⁴. Nesses espaços mortos as forças beligerantes encontram-se em “segurança” dos fogos indirectos.

Fogos letais

A componente física do terreno bem e a componente humana existente estas áreas, limitam a actuação da AC. Existe uma preferência no uso do tiro vertical em prol do tiro mergulhante pois como referido anteriormente, o tiro vertical reduz claramente as áreas de “segurança” das forças beligerantes que se escondem atrás dos edifícios.

⁵³ FM 3-09.42

⁵⁴ Ver Anexo D



No tiro vertical, os elevados valores da elevação tal como os dos ângulos de queda minimizam a probabilidade de detonações em locais não desejados e reduzem o efeito do ricochete. Contudo o tiro vertical tem como, a elevada dispersão dos rebentamentos quando comparado com o tiro mergulhante, e que por causa da duração mais longa da trajectória torna-se menos seguro contra as acções de contra-bateria. O tiro directo é também uma possibilidade. Secções de AC de sistemas propulsados podem ser empenhadas em missões de tiro directo contra edifícios ou outros alvos, diminuindo o volume de fogos e aumentando a precisão. A característica dos sistemas de armas auto propulsados, neste caso a blindagem, permitem uma determinada protecção à secção enquanto executam o tiro contudo, não inviabiliza o facto de necessitarem de protecção extra conferida por tropas da manobra.

Planeamento de Apoio de Fogos

O Apoio de Fogos nestas áreas tem que ser cuidadosamente planeado. Os Elementos de Apoio de Fogos devem ter em conta factores como zonas no terreno que possam ter reservatórios de combustível acima e abaixo do solo, gasodutos, ou outra zona qualquer que possa incendiar com a detonação de projecteis de artilharia ou de morteiros.

A construção / composição dos edifícios envolventes, das superfícies das estradas tem que ser também tomadas em conta por causa dos ricochetes e dos ângulos de tiro. Devem ser desenvolvidos planos de observação para aos OAv, em locais com boa visibilidade; e tidas em conta zonas no terreno que possam influenciar os sistemas de GPS, como postes de alta tenção, grandes construções ou torres.

Deve também ser tido em conta se o uso de granadas de iluminação e de fumos serão de todo favoráveis à força ou aos beligerantes⁵⁵

2.5. Síntese

Em suma, podemos verificar que o Novo Ambiente Operacional é constituído por conflitos de carácter assimétrico, que ocorrem na sua maioria em áreas urbanas, para que, as discrepâncias na constituição das partes em atrição seja colmatada, através da imposição das dificuldades inerentes ao espaço físico pela parte mais “fraca”. A OTAN ao interferir nestes conflitos para desenvolver ORC, em especial OAP, tem que ter em conta problemas como os danos colaterais, fratricídio e o efeito “NBC”, não podendo actuar de forma a perder a sua legitimidade e consentimento, surgindo as ROE como “limitadores de acção”.

⁵⁵ FM 3-09. 42 Tactis, Techniques and Procedures for Fire Support For the Brigade Combat Team – Tradução Livre



A AC tem toda a aplicabilidade nestas operações, desenvolvendo a sua missão primária de Apoio de Fogos, mais restrito mas existindo quando necessário, ou então desenvolvendo tarefas importantes no que diz respeito à vigilância e demonstração de força, através do uso dos seus subsistemas, como se constatou em pontos anteriores.

Não é posta de parte, a capacidade de o elemento Humano que constitui a AC poder desenvolver tarefas do âmbito da manobra, como patrulhamentos, escoltas a viaturas entre outras tarefas, contudo esta situação só deverá ocorrer de acordo com as necessidades do momento, dependendo sempre do conceito de operação do Comandante da Força.



CAPÍTULO III

PORTUGAL E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A OTAN

Se no capítulo anterior falamos das AC em ORC, neste capítulo temos como intenção, analisar a participação militar de Portugal, com o Ramo do Exército, através de FND e NRF na OTAN, durante o período de 1995 a 2005.

Interessa em primeira mão, analisar quando é que as Novas Missões das Forças Armadas (FA) surgiram e em que contexto, seguindo a linha de lógica, analisar que tipo de forças e para que TO's é que foram enviadas, quais as participações feitas no contexto das NRF e por fim analisar o Planeamento Estratégico de Portugal face as participações de forças militares no exterior do TN.

3.1.Novas Missões das Forças Armadas

A participação do Exército Português em missões Humanitárias e de Paz, no âmbito de OI das quais Portugal pertence, data de alguns largos anos. Concretamente em 1958, Portugal enviou forças⁵⁶ para fora do Território Nacional (TN), para participarem em uma missão sob a alçada da ONU no Líbano, denominada de *United Nations Observing Group in Lebanon* (UNOGIL). Porém com o desenvolvimento das campanhas do ultramar, esta missão foi interrompida. Em 1989, novamente em uma missão âmbito da ONU, 25 militares portugueses foram destacados para a Namíbia, visando desempenhar funções de supervisores no processo eleitoral que decorria, formando *United Nations Transition Assistance Group* (UNTAG). (Major Calmeiro & Major Magro, 2005, p. 20)

Deste então, o envio de militares inseridos em FND ou individualmente, tem sido constante, integrando missões no âmbito da ONU, OTAN, União Europeia (UE) ou OESCE, como o exemplo das forças portuguesas no Kosovo.

. Portugal visa assim satisfazer os seus compromissos internacionais utilizando, como instrumento de apoio à política externa, as Forças Armadas. (Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2003). Antes de 1997, as Missões das FA estavam só cometidas à defesa do TN, ou a actuação fora deste, como resposta a violações ao artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte.

⁵⁶ Um grupo de cinco militares.



Em 1997 após a 3ª revisão da Constituição da República Portuguesa, passou a constar no Artigo 275 alínea 5 e 6, as novas missões das FA:

“Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte”

“As Forças Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de protecção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, e em acções de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação” (Assembleia da República, Revisão Constitucional de 1997, 2006)

Desde essa data que as missões da FA não sofreram mais alterações, cumprindo com as linhas que orientam a política de segurança e defesa. Sendo assim, as FA devem estar preparadas para cumprir missões de:

-“Defesa integrada do território nacional;

-Resposta a crises internacionais ou conflitos armados no âmbito dos compromissos assumidos nomeadamente com a NATO e a UE;

-Apoio à paz e auxílio humanitário em apoio da política externa do Estado, na salvaguarda dos interesses nacionais;

-Cooperação técnico militar;

-Interesse público, associado com o desenvolvimento sustentado, com o bem-estar da população e com os compromissos assumidos neste domínio, no âmbito do internacional.” (MDN, Livro Branco da Defesa Nacional 2004)

3.2.Actuação de FND em missões da OTAN⁵⁷

Bósnia Herzegovina

Portugal começou a participar com o envio de militares do Exército, como FND ao serviço da OTAN em 1995, para a Bósnia Herzegovina. A *Implementation Force* (IFOR), uma força de carácter multinacional, com o objectivo de desenvolver uma operação de PE, tinha como parte da sua constituição, o contingente português formado pelo Agrupamento “Jupiter”. Este Agrupamento era composto pelo 2º Batalhão de Infantaria Aerotransportada (2º BIAT) da Brigada Aerotransportada Independente (BAI), um Destacamento de Apoio de Serviços (DAS), um destacamento de ligação para o HQ da Brigada Italiana e elementos para o HQ/IFOR perfazendo um total de 936 efectivos. A missão do Agrupamento baseou-se no patrulhamento, separação e monitorização das facções em conflito⁵⁸. Em 1996 entra substituindo a IFOR, a *Stabilization Force* (SFOR) que pela natureza da sua missão, desenvolver uma operação de PK, possuía um contingente português muito mais reduzido, com cerca de 315 militares. A missão desenvolvida pelo Batalhão português, tinha como tarefas o patrulhamento, monitorização das forças militares das facções, o apoio de OI, e a

⁵⁷ Dados retirados do livro “O Exército Português nos Caminhos da Paz 1989-2005”

⁵⁸ As forças estiveram sempre em rotação, ver Apêndice J.



monitorização da limpeza dos campos de minas. Em Janeiro 2000 foi atribuída a missão de Reserva Operacional Terrestre⁵⁹ do comando da SFOR, preparada para à ordem ser empenhada em qualquer TO da Bósnia Herzegovina em reforço a outras forças. Já em 2003, com a nova organização da SFOR, o Batalhão Português foi reforçado com uma companhia eslovena, assegurando o cumprimento da lei e das linhas gerais dos Acordos de Paz e apoiar a comunidade internacional criando e mantendo um ambiente estável e seguro.

Kosovo

Em 1999 Portugal enviou para o Kosovo um contingente nacional envolvendo 304 militares que integraram a *Kosovo Force*⁶⁰ (KFOR). Este contingente era constituído por um Destacamento de Operações Especiais (DOE) e pelo Agrupamento Bravo, proveniente da BAI, para além de outros militares inseridos em HQ. A missão genérica do Agrupamento Português era estabelecer uma presença permanente em toda a área de responsabilidade a fim de verificar e se necessário impor, o acordo com a Jugoslávia para a retirada das suas forças do Kosovo, e o acordo de desmilitarização. Seguiram-se três agrupamentos portugueses que sucessivamente integraram esta força multinacional. Em Abril de 2001 o agrupamento português retirou-se definitivamente do Kosovo seguindo-se em Agosto a retirada do DOE. Após a solicitação OTAN em 2004, é empenhada novamente uma Unidade de Escalão Batalhão no Kosovo com um efectivo de 300 militares, cumprindo a missão de Reserva Táctica⁶¹ do Comandante da KFOR, até ao ano 2005.

Macedónia

Em Agosto de 2001 a operação desenvolvida pela OTAN denominada de *Task Force Harvest* (TFH) na Antiga República da Macedónia, contou com a presença de 5 militares do Exército, especialistas na inactivação de armamento e engenhos explosivos. A missão desempenhada por esta força era de colaborar nas acções de desarmamento dos elementos dos grupos étnicos albaneses e na posterior destruição do material recolhido.

No mês de Outubro do mesmo ano, uma equipa de 6 militares integrou a *Task Force Fox* (TFF), com a missão de contribuir para a protecção dos monitores internacionais que verificavam a implementação do plano de paz na Antiga República da Jugoslávia da Macedónia. Ao todo participaram nesta força 18 militares divididos em três equipas durante um ano e meio.

⁵⁹ Força directamente dependente do Comandante da SFOR pronta a ser empregue em qualquer TO, por meios aéreos (da componente aérea da reserva operacional) como por meios terrestres orgânicos.

⁶⁰ Ver Apêndice J

⁶¹ Tinha como objectivos a demonstração da intenção de uma resposta rápida do comandante da KFOR, a alta visibilidade da força (Demonstração da Força) e de ser claramente identificada a forte capacidade de intervenção rápida no interior do Kosovo.



Albânia

No ano 1995 com vista à redução do conflito que decorria, a Albânia assinou um protocolo de cooperação e assistência técnico militar com a OTAN. Este protocolo serviu de base ao pedido de intervenção militar por parte da OTAN naquele país. As forças enviadas para o local constituíram a *Albania Force* (AFOR) dos quais 5 militares portugueses pertenceram a esse contingente em 1999 desenvolvendo uma missão de apoio aos refugiados da guerra.

Afeganistão

No decorrer da missão da *International Security Assistance Force* (ISAF) que teve lugar no Afeganistão inserida no espectro das missões da OTAN, foi enviado para participar nesta força um destacamento sanitário por um período de dois meses. Constituído por 8 militares no total, 3 dos quais pertenciam ao Exército integraram o 16º Regimento Sanitário Britânico. A missão do destacamento foi prestar apoio sanitário aos militares da ISAF e à população em Cabul de entre outras tarefas. Em 2005, a ISAF VIII recebe uma Unidade Portuguesa de Escalão Companhia no total de 136 efectivos (uma Companhia de Comandos) com a missão de constituírem uma *Quick Reaction Force*⁶² (QRF), integrando a *Kabul Multinational Brigade*.

Iraque

Em 2004 após a tomada de posse de do governo iraquiano eleito livremente, no seguimento do pedido feito pelo 1º Ministro do governo ao Secretário-geral da OTAN, a *NATO Trainig Implementation Mission-Iraq* (NTIM-I) chega ao Iraque. Com a tarefa de apoio em treino e assistência técnica. Portugal participa em 2005 com o envio de 6 militares para a NTIM-I.

Como verificamos, nas seis missões desempenhadas a cargo da OTAN por FND Portuguesas, em caso algum existiu a participação da AC Portuguesa, o que nos leva a colocar a seguinte questão:

“ As razões políticas e estratégicas de Portugal são elementos dissuasores do emprego da AC nestas operações?”

⁶² Capacidade de conduzir simultaneamente tarefas de ajuda humanitária, acções de presença e segurança das populações, demonstrações de força e acções de PE.



3.3.Planeamento Estratégico de Portugal⁶³

“O emprego das forças armadas hoje em dia faz-se, como sempre se fez, nas condições do cenário estratégico, político e operacional. E o cenário estratégico, político e operacional que hoje temos, neste mundo que é um mundo pós 11 de Setembro, é um cenário em que prevalece na manifestação, a necessidade de resposta a situações caracterizadas por ameaças assimétricas. Isto não quer dizer que não subsista e que não tenhamos que estar muito atentos, manter e valorizar o paradigma da defesa colectiva, no quadro em que faz completamente sentido a doutrina convencional que todos conhecemos. Mas o que temos saber fazer é conciliar esse paradigma.”
(General Valença Pinto, 2009)

De acordo com as características no novo ambiente operacional já descrito em um capítulo anterior, o planeamento estratégico de Portugal, tal como de outros países, teve que se adaptar também. Em tempos passados, os fundamentos das FA era o “estarem para estar, impedindo que o Inimigo viesse, *hoje em dia as FA estão para ser empregues no terreno*”(idem). A resolução dos conflitos de carácter assimétrico que ocorrem no presente, tem por base um pano comum, que é a resolução pela “multi-dimensionalidade, da aplicação de recursos de nível político, diplomático, económico, social, cultural e militar” (ibidem) e não através da confrontação directa entre duas partes distintas, como o caso da guerra convencional, onde a mobilidade, poder de choque e poder de fogo actuavam de forma sinérgica sem grandes restrições, existindo um vencedor e um derrotado. “Estes conflitos são por regra de baixa intensidade em termos de violência militar” (ibidem), as acções militares desenvolvidas não são de grande envergadura, existindo então a necessidade de priorizar os meios em função do tipo de resposta que é pressuposto dar, surgindo como grande prioridade para as FA

“Os sistemas de comando e controlo, sendo o ISTAR uma referencia base; ter forças ligeiras e projectáveis, ágeis e modulares para a realidade da guerra assimétrica, não existindo padrões de aplicação nesta; mobilidade estratégica aérea e marítima e também forças para a reconstrução como as unidades de engenharia e de saúde” (ibidem)

O emprego da AC, como arma de Apoio de Fogos, justifica-se no alto espectro das OAP, na passagem das operações de PK para PE., ou nas fases de entrada e abertura dos TO, com a missão de entrada inicial. Das operações desenvolvidas por FND nos períodos de 1995 a 2005, sobre responsabilidade da OTAN, única que evidenciou essa necessidade de emprego foi a operação que decorreu no Kosovo, onde existiu em uma primeira fase, um confronto de alta intensidade entre as facções e as Forças OTAN. Contudo Portugal nessa altura como já referido anteriormente, não enviou AC, mas sim forças de manobra pois os pedidos feitos pelo MC eram sobretudo de “*boots on the ground*”, isto é, tropas apeadas em contacto com a população, para assegurar a lei e ordem no país. Esteve efectivamente presente AC no Kosovo mas não Portuguesa, em grande parte desempenhando acções de demonstração, atroando várias vezes como efeito dissuasor psicológico.

⁶³ Baseado na entrevista feita ao Chefe Estado Maior General das Forças Armadas, General Valença Pinto.



Para as outras operações desenvolvidas “não existiu justificação operacional para o seu emprego (...) As FA Portuguesas não têm empregue a AC porque não existiram solicitações para o seu emprego, o que nós temos feito é estimular a AC através do sistema das NRF” (ibidem)

3.4.O Exército nas NRF⁶⁴

Desde o início em que surgiram as NRF, Portugal tem afirmado a sua posição na Aliança com a participação de forças nacionais, integradas nesta nova estrutura. À excepção da NRF1, que data do período de Outubro de 2003 a Janeiro de 2004, onde não houve qualquer integração de forças Portuguesas, que um largo conjunto de meios e homens das FA têm sido disponibilizados para fazerem parte desta nova sinergia de meios e vontades. De acordo com o período de rotação de forças estabelecido, que o Exército Português tem contribuído⁶⁵ para todas as NRF desde a NRF 2 até à actual NRF 14 que se encontra em processo de certificação, onde pela primeira vez entra o Apoio de Fogos na sua essência, através do emprego da AC. Genericamente, as forças disponibilizadas desde 2004 a 2008 para as NRF, foram as seguintes:

NRF 2- Período de Janeiro a Julho de 2004 – 1 DOE, total de 30 efectivos;

NRF 3- Período de Julho de 2004 a Janeiro de 2005 – 1 Esquadrão de Reconhecimento, total de 50 efectivos;

NRF 4 -Período de Janeiro a Julho de 2005 -1 Esquadrão de Reconhecimento, total de 50 efectivos;

NRF 5- Período de Julho de 2005 a Janeiro de 2006 – 1 Agrupamento Mecanizado;

NRF 6 – Período de Janeiro a Julho 2006 – 1 Batalhão de Infantaria Aerotransportada, total de 650 efectivos;

NRF 7- Período de Julho de 2006 a Janeiro de 2007 – 1 Grupo de Operações Especiais, total de 75 efectivos;

NRF 8 -Período de Janeiro a Julho de 2007 -1 Grupo de Operações Especiais, total de 75 efectivos;

NRF 9 - Período de Julho de 2007 a Janeiro de 2008 – 1 Companhia de Policia do Exército, total de 80 efectivos;

NRF 10- Período de Janeiro a Julho de 2008 – 1 Esquadrão de Reconhecimento, total de 50 efectivos;

⁶⁴ (Romão, 2009)

⁶⁵ Ver Apêndice N



As forças descritas, passaram pelo processo de Treino e Certificação, após este ficando no período de Stand-by Phase para a sua aplicação, constituindo uma reserva a Nível Estratégico para o SACEUR.

3.5.Síntese

Como podemos verificar a participação de Portugal com forças militares enviadas para fora do TN inseridas no âmbito de actuação da ONU, começaram desde cedo em 1958, contudo com o início das campanhas do ultramar essa participação cessou. O envio de FND (do ramo do Exército) no contexto da OTAN começou em 1995 com o envio de militares para a Albânia, no entanto só em 1999 é que Portugal envia um número considerável de militares para o Kosovo, integrando a KFOR. Nesta altura já tinha decorrido a alteração da Lei Fundamental, a Constituição da República Portuguesa, quanto ao artigo que definia as missões da FA, inserindo o conceito de resposta a crises e auxílio humanitário, entre outros, às missões já existentes, passando a constituir as Novas Missões das FA.

Com o decorrer da participação do Exército em FND, deparamo-nos que a AC nunca foi enviada para integrar parte das forças constituintes, o que fomentou a procura de uma resposta de carácter político estratégico. De acordo com sua Exa. General Valença Pinto, General CEMFA, as AC não teve solicitações de emprego pois durante o período de tempo analisado, não existiu necessidade de emprego de forças de AC, à excepção do conflito no Kosovo durante a sua fase inicial, contudo a Portugal só foram requeridas unidades de manobra.

Se nos debruçarmos sobre a Participação mais recente das NRF, já em um período diferente, desde 2004 até ao presente ano de 2009, a participação de unidades de AC integradas nesta estrutura de forças começou somente no início deste ano, surgindo como resposta à necessidade de manter a AC activa e pronta.



CAPÍTULO IV

APLICAÇÃO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA PORTUGUESA EM ORC

Em páginas anteriores, adquirimos uma data de conceitos base, como o que são as ORC, CJTF e NRF, vimos também quais as características da conflitualidade actual e analisamos a Aplicabilidade da AC nesta. Descendo para um patamar inferior, analisamos a participação de Portugal com o envio de FND em missões passadas e o presente das NRF.

A intenção desde capítulo é de analisarmos de acordo com os requisitos que nos são impostos pela OTAN, qual a capacidade de Portugal na participação de AC em OAP, focando essencialmente a NRF14 que presentemente é uma realidade é a realidade mais próxima de actividade e participação da AC a este nível.

4.1.Os Requisitos da OTAN

Para Portugal poder participar com qualquer tipo de força, integrada nas estruturas de forças da OTAN definidas anteriormente, como CJTF ou NRF, tem que dispor das designadas *NATO Capabilities/ Statements*. Quer isto dizer, que tem que possuir um conjunto de capacidades em termos de forças e material com os requisitos que a OTAN define primariamente, para que no conjunto de participação global de todos os países integrantes, haja homogeneidade dentro da esfera de participação.

De acordo com o documento *Capabilities/ Statements*, os requisitos para a participação de AC dependem do tipo de Unidade ao qual o Apoio de Fogos de AC é fornecido. De seguida, analisamos os atributos necessários para um Grupo de AC (GAC) com a valência de ser Aerotransportado ou Aeromóvel, visto que de acordo com as necessidades mais comuns do emprego de forças, a projecção e mobilidade são as mais requisitadas.

“-Capacidade de comunicação e de coordenação do Apoio de Fogos das suas Baterias constituintes bem como ligação com a manobra através de meios interoperáveis ;

-Capacidade de ser aerotransportada ou largada por ar;

-Capacidade de fornecer fogos indirectos de curto e médio alcance, até aos 18km, a unidades de manobra;

-Capacidade de destruir alvos até veículos soft Skin numa dada área atribuída;

-Capacidade de responder a contra-insurgência, desempenhar OAP e outras missões de grande empenhamento humano (como cumprir tarefas de patrulhamento, controlo de tumultos, etc.);

-Capacidade de operações conjuntas e combinadas de guerra e de projecção táctica, em condições climáticas adversas;

-Capacidade de integração no sistema Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance (JISR);



- Capacidade de operar em tempo real uma Blue Force Situation Awareness (BFSA);
- Capacidade de partilhar uma Common Operational Picture (COP) através de unidades dependentes até nível esquadra (mesmo fora de viatura);
- Capacidade de operar em um ambiente NATO Network- Enabled Capability (NNEC);
- Capacidade de adquirir e bater alvos por diferentes meios de aquisição de acordo com a integração no sistema JISR;
- Capacidade de proceder à actualização automática em termos de comando e controlo de Operações Logísticas no que diz respeito ao consumo de munições e combustível bem como os danos em situações de combate;
- Capacidade de operar sem apoio ou reabastecimento por três dias;
- Capacidade de proporcionar um nível de protecção NBQR da força e material;
- Capacidade de proporcionar um nível de protecção contra Improvised Explosive Devices (IED) para o pessoal e armamento;
- Capacidade de aquisição e comunicação da identificação de unidades de modo a impedir fogo amigo” ⁶⁶ (NATO, NATO CAPABILITIES/STATEMENTS - LAND FORCES- FIELD ARTILLERY, 2007)

O mesmo documento tem como exigências quanto ao equipamento/material, que constitui o subsistema de armas e munições, a utilização do obus M119 Ligth Gun, num total de 18⁶⁷ armas. Quanto o aspecto do Comando e Controlo, é necessário um Pelotão de Transmissões e um HQ para o GAC, requerendo a organização total, um conjunto mínimo de 500 efectivos. Portugal participa actualmente na estruturação da NRF 14, não com um GAC mas somente com uma Bateria de AC.

Sendo uma das condições necessárias e sublinhada no texto anterior, a capacidade de desempenhar OAP, a questão que colocamos

“ De que forma é que a AC Portuguesa reuniu condições para estar apta a desempenhar missões no âmbito das OAP”?

4.2.O Calibre 105mm na NRF14

De acordo com a directiva Operacional N°23/CEMGFA/08 de 3 de Junho de 2008, o Exército Português participa na NRF 14 com uma Bateria de AC (105mm Ligth Gun) com um efectivo máximo de 130 militares, para o *Land Command Componet (LCC) / Capability Module 22*.

Para tal, a Bateria de AC deve obedecer primariamente *Capabilities/ Statements* e possuir os seguintes requisitos⁶⁸:

- Prontidão de 5 dias;
- Pessoal e equipamento a 95%;

⁶⁶ Tradução livre

⁶⁷ Tendo em conta a organização de 1 GAC = 3 BBF= 3x 6 secções =18 obuses

⁶⁸ (MDN, Directiva N°202/CEME/09, 2008)



- Auto-sustentável por um período inicial de 30 dias (podendo actuar por períodos superiores a 30 dias com capacidades logísticas adicionais);
- Projectável e interoperável;
- Uma vez atribuída, durante os períodos de treino Multinacional e de *Stand-by*, não deverá integrar nenhum outro compromisso;
- Operar em operações conjuntas e combinadas de cariz expedicionário bem como de emprego tático em ambientes caracterizados por temperaturas extremas bem como em qualquer tipo de condições austeras.

A Bateria não irá actuar individualmente, encontrando-se inserida num GAC de comando Grego, que se encontra sobre o LCC de uma Divisão Dinamarquesa e esta por sua vez, sobre o comando do Joint Command Lisbon (JCL).

Este GAC é constituído por mais 3 Baterias de Bocas-de-fogo (BBF) perfazendo com a BBF Portuguesa, um total de 4 BBF. Desde o início do aprontamento, tem como data limite para o estabelecimento da Capacidade Operacional Completa, também designada pelo termo *Full Operational Capability* (FOC), o mês de Dezembro do presente ano, passando pelo primeiro período de treino Nacional até atingir a FOC. O período de treino Nacional iniciou-se a 1 de Janeiro e terminou a 30 de Junho de 2009 com o objectivo de garantir a certificação nacional da Força. De seguida, irá ter início o período de treino Multinacional, com a finalidade de garantir a certificação da Força de acordo com os critérios de avaliação das NRF, que só irá terminar a 4 de Janeiro de 2010. Nesta altura, a BBF encontra-se no período de emprego ou *Stand by* até 30 de Junho de 2010, mantendo-se em permanência com o estado de prontidão enunciado nos requisitos anteriores.

Situação Particular

Em Portugal, a única unidade que possui o encargo operacional do material M119 Ligth Gun é a Brigada de Reacção Rápida (BrigRR), tendo sido atribuída a esta, a missão de organizar e aprontar uma Bateria de AC. Para isto, competiu ao GAC que pertence à BrigRR, constituir essa mesma BBF. No entanto é de salientar que esta BBF, não tem a organização padrão similar à organização Portuguesa, sendo neste caso uma BBF com mais autonomia que uma BBF “normal”. Compete também a Portugal, visto que é a Nação que cede os homens e o material, a projecção e sustentação desta BBF no interior ou exterior da área de responsabilidade da OTAN.

Missão e Organização

A missão do GAC é organizar a BBF e conduzir nos períodos já destinados, a preparação e o treino necessários para que em Dezembro de 2009 tenha atingido a 100% a FOC.



“ O trabalho que tivemos que fazer foi essencialmente de reorganização, pois a Bateria para a NRF 14 é a 130 militares e não a 72 como usualmente funcionamos” (Tenente- Coronel Rosa, 2009).

A organização da BBF⁶⁹ consta para além da constituição padrão, uma secção de OAv adicionada às 3 secções orgânicas, uma secção de topografia, uma secção de manutenção e em prol da secção de munições. Possui ainda uma secção de reabastecimento composta por sua vez, por um comando, uma equipa de munições e uma equipa de alimentação. Temos então presente, uma orgânica com 130 militares. Esta organização permite à BBF ter mais autonomia a nível topográfico e em termos de apoio de serviços.

A missão atribuída à BBF é basicamente a missão primária de Apoio de Fogos, “à ordem, assegura a execução de parte dos fogos do GAC Grego da NRF 14 em que se integra.”

Se a situação se invertesse, Portugal poderia participar, a nível operacional, na NRF 14 com o comando do GAC em vez de somente uma BBF pois o GAC da BrigRR possui as capacidades operacionais para assumir a missão se fosse proporcionado essa oportunidade.

“ Não vejo qualquer tipo de dificuldade para o GAC da BrigRR assumir o comando do GAC Grego. Este encontra-se equipado com material de calibre idêntico, 105mm, tem um sistema de comando e controlo tal como o nosso, só que corre em ambiente Windows, que é ligeiramente mais avançado, no entanto isso não trás qualquer problema em termos de comunicações. Estamos também equipados com os rádios da família dos 525, por isso com “meia dúzia” de centímetros e com os meios humanos necessários, que de momento não dispomos, o GAC conseguiria assumir claramente o comando.”(idem)

Tarefas e Objectivos

Durante a preparação e execução do treino da BBF, o Comando do GAC da BrigRR estabeleceu certas tarefas e objectivos para que a BBF, esteja preparada para qualquer tipo de desafio ou dificuldade, além dos requisitos básicos. Como tarefas o Comando preocupou-se em estabelecer no treino:

- O apuramento da técnica individual de combate (TIC) e desenvolvimento da destreza pessoal;
- O melhoramento da capacidade física individual, vocacionada para a capacidade de sustentar operações de combate de alta intensidade, conjugando o aumento da força explosiva com o aumento da resistência a esforços prolongados;
- O melhoramento da proficiência individual colectiva na execução de tiro de combate com o armamento orgânico;

⁶⁹ Ver Apêndice O



- O apuramento das técnicas de combate de secção (TCS) e de pelotão, o desenvolvimento da rapidez e agressividade destes escalões na execução das acções de fogo e da capacidade de comando e controlo;
- O melhoramento da capacidade técnica e táctica para o apoio de operações ofensivas, defensivas e de contra - insurreição em ambientes específicos de áreas edificadas.

Como objectivos de treino foram estabelecidos os seguintes para duas fases:

- Aumentar a proficiência e agressividade individual e colectiva em acções de fogo;
- Aumentar a capacidade técnica e táctica para o apoio a operações ofensivas, defensivas e de contra - insurreição;
- Aumentar a capacidade técnica e táctica para o apoio a Operações de Resposta a Crises;
- Aumentar a proficiência de todas as tarefas inerentes a protecção de pessoal, equipamento e abastecimentos;
- Aquisição de capacidades técnica e táctica para a condução de operações em áreas urbanas;
- Aquisição de capacidade técnica e táctica para a condução de operações aerotransportadas e aeromóveis.

Além das tarefas e objectivos descritos, existe um conjunto de tarefas essenciais que a BBF tem que executar, para que possa cumprir a missão que lhe foi cometida. Tarefas básicas de Operações de Artilharia como estabelecer e manter comunicações até executar actividades de projecção da força, tarefas de Informações como relatar e difundir relatórios ou realizar o processo de *targeting*, tarefas no âmbito da Protecção da Força como executar medidas Anti-terrorismo, tarefas de Apoio de Serviços e desempenhar certas tarefas no campo de acção das ORC sendo estas últimas as seguintes:

- Conduzir uma negociação;
- Estabelecer ligação com forças locais / autoridades civis;
- Planear, coordenar e conduzir operações de controlo de distúrbios civis;
- Planear, coordenar e conduzir uma escolta a viaturas;
- Planear, coordenar e conduzir um cerco e busca a uma área edificada;
- Planear, coordenar e conduzir uma limpeza de área edificada;
- Planear, coordenar e conduzir Postos de Controlo (Check-Points);



-Manter a segurança de civis durante operações.

Como se pode verificar, as tarefas descritas são basicamente tarefas da manobra, no âmbito das OAP, não estando o Apoio de Fogos associadas directamente no treino para esta tipologia de operações.

Treino da BBF

O treino da BBF começou por um exercício interno denominado de exercício de nivelamento realizado em Janeiro. Nesta altura, as tarefas e objectivos a atingir foram o treino do TIC e TCS, após esta parte, o treino centrou-se no nivelamento dos procedimentos da Bateria de Tiro e das secções de bocas-de-fogo.

Em Fevereiro os treinos focaram as operações no âmbito do Artigo 5, e após a consolidação e avaliação desta fase, é que se focou a atenção para o treino de operações Não Artigo 5, isto é, o treino para ORC. Para poder desenvolver as tarefas previstas para as ORC descritas anteriormente, durante o treino, a BBF não perde por completo a capacidade de executar Apoio de Fogos, apenas se organiza de determinado modo, para ter elementos prontos a responder a missões de tiro, bem como ter elementos no terreno cumprindo com os objectivos/ requisitos para a AC da NRF 14.

“Nós como Unidade de Artilharia vamos ter de constituir bases de fogos preparando-nos para apoiar as operações que estão a decorrer no terreno por unidades de infantaria em determinado sector e, vamos ter a responsabilidade de também executar essas mesmas operações no sector que nos é atribuído” (Tenente- Coronel Rosa, 2009)

“Já estamos organizados para trabalhar com pelotões a três secções. Sempre que se constituir uma base de fogos, um pelotão fica nesta com o PCT e o outro pelotão, está a fazer patrulhamentos e outras acções fora da base de fogos nos sectores atribuídos à BBF” (idem)

No entanto a probabilidade de aplicação da BBF, ou do GAC em que ela está inserida, numa ORC executando o Apoio de Fogos é muito reduzida, porque o facto de não existirem munições de precisão para materiais 105mm, como é o caso do *M119 Light Gun* limita o seu empenhamento e consequente actuação em áreas urbanas, onde os danos colaterais tendem a ser elevados.

“Em áreas urbanas não é provável que a AC com o 105mm seja empregue como artilharia porque vai produzir ali danos colaterais muito significativos. Pode ser empregue como unidade de manobra. A AC pode posicionar um pelotão numa base de fogos, e ter outro pelotão por exemplo a limpar um edifício ou a garantir a segurança a uma mesquita ou a montar um Check - Point num sítio qualquer, não trás qualquer problema à Artilharia.” (idem)

4.3.AC Vs Missões Manobra

“A AC será tanto mais importante quanto maior for a incerteza do TO e de acordo com as experiências actuais nomeadamente nas fases iniciais de uma campanha, os TO são por natureza incertos portanto eu na dúvida preferia ter uma ferramenta poderosa do meu lado do que não ter nada. Porque se a tiver e se surgir a necessidade do seu empenho e está disponível, se não a tiver e for forçado a usa-la, não a posso inventar e ir buscar a algum lado.” (Coronel Santos, 2009)



O facto de se empregar a AC, isto é, empenhar homens e meios de AC, na realização de tarefas no âmbito da manobra não implica uma consequente perda de nível na proficiência destes.

Assumindo que todas as NRF possuem AC e sabendo que num TO onde se desenvolvem ORC, se possuímos um GAC, na ordem dos 500 a 600 militares, sem estarem claramente empenhados em missões de tiro, e não havendo presentemente probabilidade da sua aplicação, o que acontece por vezes é a rentabilização dos meios e o aproveitamento desses homens em outras tarefas, dependendo claramente do conceito de emprego do Comandante da Força.

A utilização da base de fogos representa a flexibilidade necessária que a AC tem para poder em determinado período de tempo, assumir as tarefas de manobra nas OAP, e estar disponível a responder a possíveis necessidades de Apoio de Fogos devido ao aumento do conflito. Para tal, esses mesmos Homens devem possuir conhecimento e treino aprofundado sobre tais tarefas que fogem à verdadeira essência do Apoio de Fogos, não implicando esta premissa uma consequência obrigatória.

4.4. Síntese

A OTAN para poder ter um pano similar de emprego de forças dos mais variados países que dela fazem parte, tem que ter definido por base um conjunto de requisitos necessários, para que haja um determinado nível de uniformização de meios e métodos. Para Portugal poder participar com a sua AC na NRF 14 tem que corresponder com os requisitos pedidos para a estrutura de AC que a integra. A confirmação dessas capacidades é feita pelo GAC da BrigRR, ao qual foi atribuída a missão de aprontar então a BBF para esta integrar, não isoladamente, o conjunto de forças da NRF14. No entanto, o grande objectivo deste capítulo é realmente saber de que forma é que a AC, neste caso a BBF estaria a ser preparada para actuar no contexto das OAP, que são missões integrantes do conjunto das sete missões das NRF. Constatamos que a BBF é treinada de acordo com o estabelecimento de objectivos e tarefas padrão e que no âmbito das OAP, o treino é focado essencialmente para o cumprimento de tarefas de manobra. Não existe um treino de empenhamento da AC em missões de Apoio de Fogos em situações de actuação em áreas urbanas, pois os sistemas de armas de calibre 10,5mm não possuem as chamadas munições de precisão, o que limita actuação das AC nestas áreas por causa das ROE. Contudo, a intenção de proporcionar o Apoio de Fogos não é abandonada, flexibilizando - se a AC neste parâmetro, através da actuação de elementos humanos em tarefas de infantaria, ao mesmo tempo que outros elementos de AC, proporcionam o estado de alerta necessário para, e de acordo com as necessidades do momento, que não se perca a verdadeira intenção da utilização da Arma.



CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTA

As OAP são operações que tem vindo a demonstrar elevada importância no seio das missões das FA, sendo desenvolvidas por forças militares dos países da aliança, não fugindo Portugal à regra. As implicações do novo Ambiente Operacional nomeadamente os conflitos assimétricos, que ocorrem em áreas urbanas, limitam a actuação das forças nestas áreas devido as configurações e restrições que o espaço físico impõe, para além dos danos colaterais e do fratricídio que tomam elevadas proporções nesta situação.

Tendo analisado no capítulo dois, documentos de referência OTAN como os AJP 3.4.1 e o STANAG 2484, concluímos que a AC adequa-se com as suas possibilidades e valências no Novo Ambiente Operacional como arma de apoio de combate, desempenhando missões de Apoio de fogos, contudo com grandes restrições e em menor número, tomando as munições de precisão grande importância.

Por outro lado a AC também se adequa, com menos riscos inerentes ao seu emprego, desempenhando missões “secundárias “ explorando as capacidades que os próprios equipamentos possuem dos subsistemas de aquisição de objectivos e subsistema comando e controlo, como a vigilância e observação, entre outros exemplos vistos.

No seguimento da análise que fizemos no terceiro capítulo, como constatamos, a AC Portuguesa nunca actuou fora do TN, apesar de Portugal já participar em OAP há bastante tempo. Procurando responder a segunda questão derivada, “se as razões políticas e estratégicas de Portugal são elementos dissuasores do emprego da AC em OAP”, foi realizada uma entrevista ao General CEMFA, que durante esta, respondeu que a AC não tinha participado integrada em FND, por “falta de justificação de emprego operacional” nas seis OAP analisadas, dando mais ênfase à actuação da manobra para impor a lei e ordem no terreno. No entanto a respeito das NRF, o emprego da AC Portuguesa nestas forças surgiu como resposta à necessidade de manter a AC activa e pronta, como diz o General CEMFA “estimulando a AC através do sistema das NRF”

Por fim, o capítulo que encerra este trabalho procurou determinar quais as necessidades impostas, em relação à AC, pela OTAN para os países que participam com forças nas NRF ou FND, analisando o presente caso, que decorre da primeira participação de uma unidade de AC nas NRF. Para responder à terceira questão derivada “de que forma é que a AC Portuguesa reúne condições para a participação em OAP?”



Verificamos como é que o treino para as OAP é dirigido. Para além de consultarmos as directivas que emanam a ordem de aprontamento da NRF (directivas do CEME, Comando Operacional e do Comando do GAC) realizamos uma entrevistas ao Tenente – Coronel Rosa que era o comandante do GAC responsável pela organização e aprontamento da BBF que integra a NRF 14

A conclusão a que chegamos foi que o treino para as OAP é praticamente voltado para a realização de tarefas tipo de infantaria., não existindo treino para um empenhamento directo de Apoio de Fogos desta BBF em áreas urbanas durante uma OAP, porque não existem munições de precisão para material com calibre idêntico ao do M119 Ligth Gun. No entanto para este treino só deve permitir a aquisição do conhecimento, sendo os meios humanos da AC usados em último caso para desenvolverem estas operações.

Também questionamos se existiria a possibilidade de Portugal assumir o comando de um GAC com as características do GAC Grego na qual a BBF está inserida, sendo a resposta positiva demonstrando um grande salto para a AC Portuguesa. Esperamos vivamente que esta realidade não esteja tão longe quanto isso

Perante as respostas das perguntas derivadas a questão central “ qual a viabilidade de emprego da AC Portuguesa em ORC “ conclui-se que:

Portugal tem viabilidade para empregar a AC a desenvolver ORC, mais concretamente OAP através da BBF que está integrada na NRF14. Contudo no que diz respeito ao Apoio de Fogos quando essas operações decorrem em áreas urbanas, o seu empenhamento é nulo por causa dos elevados danos colaterais que pode causar bem como o fratricídio visto que não possuímos munições de precisão Poderá a AC Portuguesa usar os subsistemas de armas e munições para desempenhar outras missões de no âmbito da vigilância e monitorização.

A proposta que fazemos mediante às conclusões a que chegamos, é para que a AC evolua paralelamente com as outras AC de países congéneres, temos que aprender com “lições aprendidas desses”, enviando observadores ao terreno, para os TO's actuais de conflito. Só assim é que retiraram o máximo de informação possível. A AC não pode deixar de evoluir mesmo não sendo empregue. A célebre frase “ instrução dura, combate fácil” é muito adequada face a situação a que a AC está a passar. Devemos desenvolver planos de treinos cada vez mais exigentes e duros mas também novos e desafiantes.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

- ✧ Academia Militar. (1993). *O Conceito Estratégico da Aliança*. Lisboa: AM.
- ✧ Major Calmeiro, L., & Major Magro, J. (2005). *O Exército Português no Caminhos da Paz 1989-2005*. Lisboa: SCMA/ GabCEME.
- ✧ VIANA, V. R. (2002). *Segurança Colectiva, A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: Edições Cosmos Instituto da Defesa Nacional.

Manuais:

- ✧ Army, H. D. (2006). *FM 3-09.42* . USA.
- ✧ BORGES, Tenente-Coronel Vieira. (2008). *Teoria Geral da Estratégia*. Lisboa: Academia Militar.
- ✧ EME. (2004). *MC 20-100 Tática de Artilharia de Campanha*. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- ✧ EME. (2007). *Regulamento de Campanha -Informações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- ✧ EME. (2005). *Regulamento de Campanha Operações*. EME.
- ✧ EME. (2005). *Regulamento de Campanha- Operações parte III*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- ✧ JOINT PUBLICATION, (2007). *Joint Targeting*, JP 3-60, Joint Chiefs of Staff, April, Washington, DC;
- ✧ MDN. (1999). *Conceito Estratégico da NATO de 1999 evolução desde 1968*. Lisboa: MND.
- ✧ MDN. (2000). *AS Organizações internacionais e o seu envolvimento em Operações de Paz* . Lisboa: MDN.
- ✧ MDN. (2002). *A cimeira de Praga*. Lisboa: MDN.
- ✧ DN. (2001). *Livro Branco da Defesa Nacional* . Lisboa: MDN.



- ✧ MDN. (Projecto). *Manual do Grupo de Campanha*. EME.
- ✧ ME-20-76-04. (1996 (NS 95028)). *Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: IAEM.
- ✧ NATO. (2008). *AAP6-08 NATO Glossery of terms & Definitions*
- ✧ NATO. (2001). *NATO Handbook*. Brussels: NATO.
- ✧ NATO. (2005). *NON-ARTICLE 5 CRISE RESPONSE OPERATIONS* , AJP-3.4. March, Brussels: North Atlantic Treaty Organization.
- ✧ NATO. (2003). *PEACE SUPPORT OPERATIONS*, AJP 3.4.1. Brussels: North Atlantic Treaty Organization.

Documentos Electrónicos :

- ✧ ALMEIDA, J. M. (2004). *A intervenção da NATO na Bósnia*. Obtido em 18 de Março de 2009, de Instituto Português de Relações Internacionais:
<http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=28>
- ✧ Assembleia da República, P. (2006). *Revisão Constitucional de 1997*. Obtido em 11 de Fevereiro de 2009, de Comissão Nacional de Eleições:
http://www.cne.pt/dl/crp_lc_1997.pdf
- ✧ BARTOLI, A. M. (Outono de 2006). *NATO*. Obtido em 19 de Março de 2009, de A Avaliação da transformação da OTAN:
<http://www.nato.int/docu/review/2006/issue3/portuguese/art3.html>
- ✧ CRADDOCK, S. -G. (17 de Outubro de 2007). *The NATO Response Forces*. Obtido em 20 de Março de 2009, de NATO:
http://www.nato.int/shape/issues/shape_nrf/nrf_intro.htm
- ✧ FERNANDES, M. (Junho de 2001). *NATO- A década de mudança*. Obtido em 19 de Março de 2009, de Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais:
<http://www.ciari.org/investigacao/nato-decadadamudanca.htm>
- ✧ MDN. (1999). *Livro Branco da Defesa Nacional 2004*. Obtido em 11 de Fevereiro de 2009, de Ministério da Defesa Nacional:
http://antigo.mdn.gov.pt/Publicacoes/livro_branco/Livro_branco.pdf,



✧ NATO. (27 de Fevereiro de 2009). *Riga Summit Declaration*. Obtido em 22 de Março de 2009, de NATO:
<http://www.nato.int/docu/pr/2006/p06-150e.htm#nrf>

✧ NATO. (7 de Fevereiro de 2005). *The Alliance's New Strategic Concept*. Obtido em 18 de Março de 2009, de NATO:
<http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c911107a.htm>

✧ NATO. (27 de Setembro de 2001). *Tratado do Atlântico Norte*. Obtido em 2 de Março de 2009, de NATO:
<http://www.nato.int/docu/other/po/treaty-po.htm>

✧ RAMALHO, Tenente-General Pinto. (26 de Outubro de 2007). *Conflito Assimétrico e o Desafio da Resposta- Uma Reflexão*. Obtido em 11 de Março de 2009, de Revista Militar:
<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=223>

✧ RIBEIRO, C. d. (Junho de 1999). *Novo Conceito Estratégico da NATO*. Obtido em 2 de Março de 2009, de Revista da Marinha:
http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_jun1999/pag6.html

✧ VALLANCE, V. M. (Outono de 2003). *Uma Estrutura de Comando radicalmente nova para a OTAN*. Obtido em 20 de Março de 2009, de NATO:
<http://www.nato.int/docu/review/2003/issue3/portuguese/military.html>

Publicações Periódicas:

✧ Espírito Santo, General. (Jan/ Fev de 1998). *As Forças Terrestres do Século XXI. Revista Militar*.

✧ MENEZES, Coronel Faria; SANTOS, Tenente-Coronel Pereira dos; PIRES, Tenente-Coronel Lemos;. (2004, Março). *NATO Respose Forces. Jornal do Exército*, 46-54.

Diapositivos:

✧ Romão, Tenente - Coronel António (2009) " Identificar os conceitos de CJTF e NRF"

Entrevistas:

✧ Coronel Santos, P. d. (31 de Março de 2009). *O Emprego da Artilharia de Campanha Portuguesa em ORC*. 347-360. (A. Ferreira, Entrevistador)



- ✧ General Valença Pinto, C. (7 de Abril de 2009). O Emprego da Artilharia de Campanha Portuguesa em ORC. (.Aspirante Ferreira, Entrevistador)
- ✧ Teixeira, T. B. (27 de Março de 2008). O Emprego da Artilharia de Campanha em ORC. (A. Ferreira, Entrevistador)

- ✧ Tenente- Coronel Rosa. (8 de Abril de 2009). O Emprego da Artilharia de Campanha Portuguesa em ORC. (Aspirante Ferreira, Entrevistador)

Outros documentos:

- ✧ Assembleia da República, P. (2003). Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *Diário da República* .

- ✧ MDN. (23 de Outubro de 2008). Directiva Nº202/CEME/09. *Apontamento da NRF 14 / NATO* . Oeiras.

- ✧ NATO. (2007). *NATO CAPABILITIES/STATEMENTS - LAND FORCES- FIELD ARTILLERY*. NATO.



GLOSSÁRIO

Apoio de Fogos – *“engloba o emprego coordenado do conjunto dos órgãos de aquisição de objectivos, das armas de tiro directo, indirecto (morteiros, artilharia de campanha e artilharia naval) e das Operações Aéreas em proveito da manobra da força:”* (EME, MC 20-100 Tática de Artilharia de Campanha, 2004)

Beligerante – *“Em tempos de crise ou guerra é um indivíduo, entidade, força militar, ou Estado empenhado em conflito”* (NATO, AAP6-08 NATO Glossery of terms & Definitions, 2008)

Combined Joint Task Force- *“Força multinacional conjunta e combinada, arquitectada para o cumprimento do total espectro de missões da OTAN na qual o Comandante desta mesma, desenvolve as suas acções de comando a partir de um Quartel-general multinacional conjunto. A força pode ser constituída por elementos militares de países não pertencentes às Nações membro da OTAN.”⁷⁰* (NATO, 2005)

Crise – *“Situação de âmbito nacional ou internacional que configura uma ameaça aos valores, interesses ou objectivos das partes envolvidas”.* (NATO, AAP6-08 NATO Glossery of terms & Definitions, 2008)

Danos colaterais - *“Ferimentos ou danos causados não intencionalmente ou por acidente, em pessoas ou objectos que não são considerados como objectivos militares (...)”* (Joint Publication, 2007).

Operações Conjuntas – *“As operações conjuntas são definidas como operações nas quais podem estar envolvidos elementos de mais do que um ramo, podendo envolver forças aéreas, espaciais, navais, anfíbias, terrestres ou de operações especiais.”* (EME, Regulamento de Campanha -Informações, 2007)

Operações Conjuntas e Combinadas – *“Uma operação conduzida por forças provenientes de duas ou mais nações, constituída por elementos de no mínimo dois serviços distintos.”* (NATO, 2005)

Potencial de combate – *“O potencial de combate é o valor resultante da combinação dos meios materiais com a força moral de uma unidade.”* (EME, 2005)

⁷⁰Tradução Livre



Regras de empenhamento (ROE) – *“Directivas/ordens, dadas pela autoridade militar competente, que especificam as circunstâncias e limitações nas quais as forças iniciaram e/ou continuaram o empenhamento sobre as forças opositoras encontradas”*⁷¹ (NATO, 2005)

Terrorismo – *“O terrorismo pode ser definido como a utilização ilegal, de forma efectiva ou potencial, da força ou violência contra pessoas ou bens, tentando coagir ou intimidar governos ou sociedades, para alcançar objectivos políticos, religiosos ou ideológicos”*(EME, 2007).

⁷¹ Tradução livre



APÊNDICE A

ORGANIZAÇÃO DA OTAN

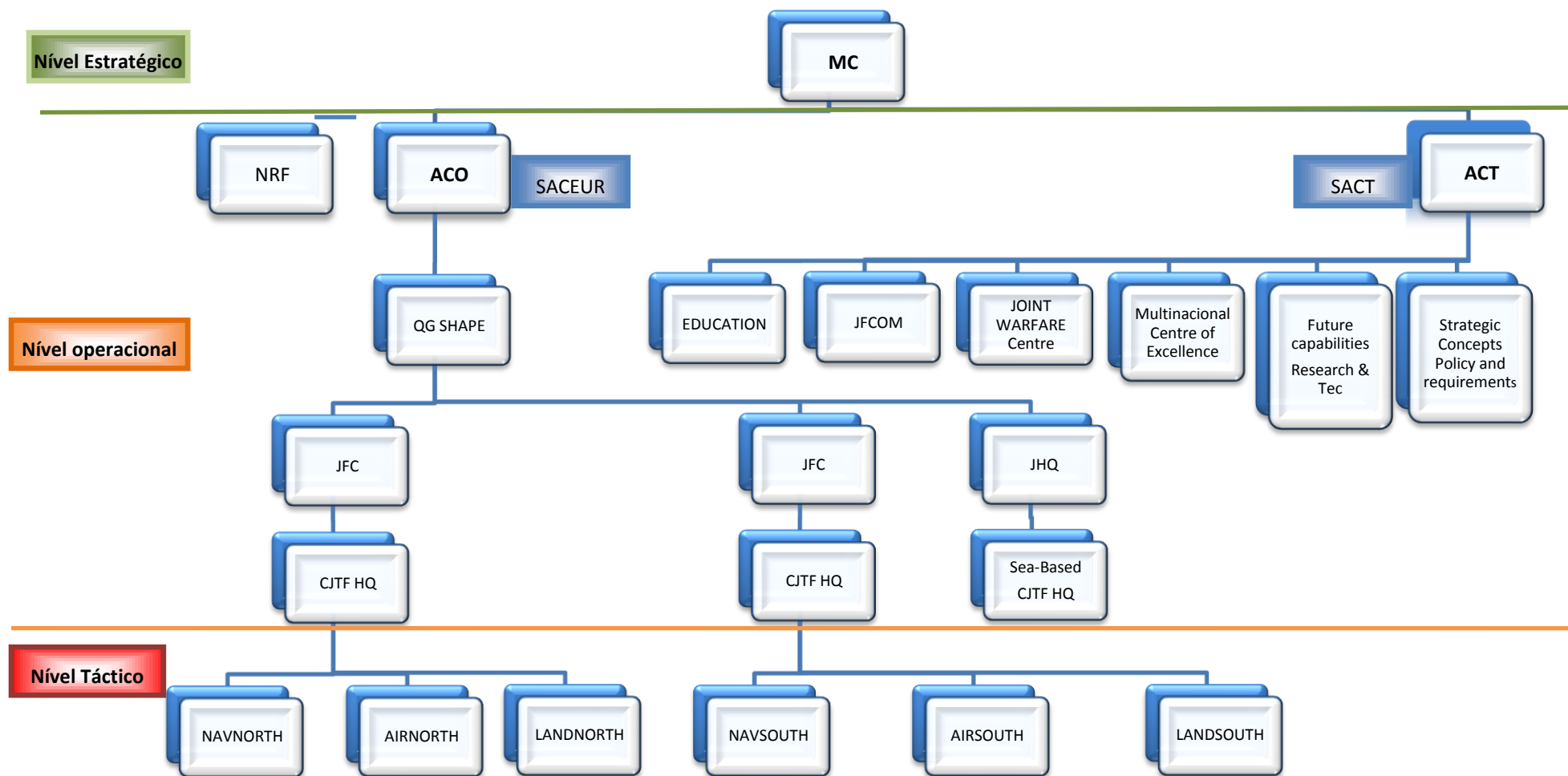


FIGURA 1-ORGANIGRAMA DA ESTRUTURA GERAL DA OTAN



APÊNDICE B

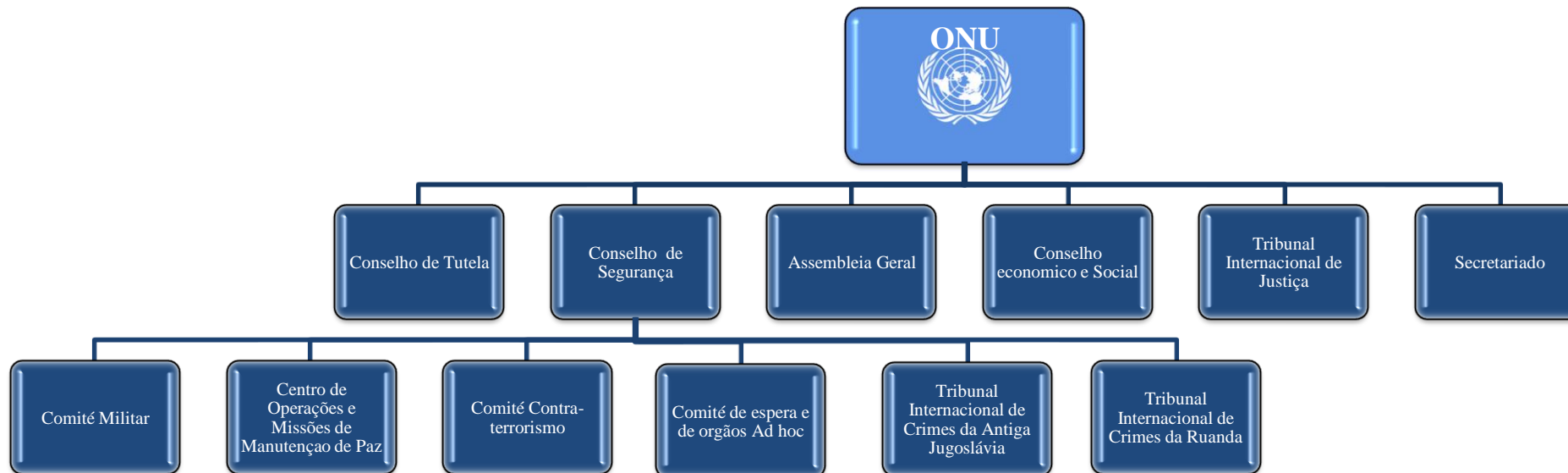
ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA MILITAR DA OTAN





APÊNDICE C

ORGANIZAÇÃO DA ONU





APÊNDICE D

PAZ - TENSÃO -GUERRA

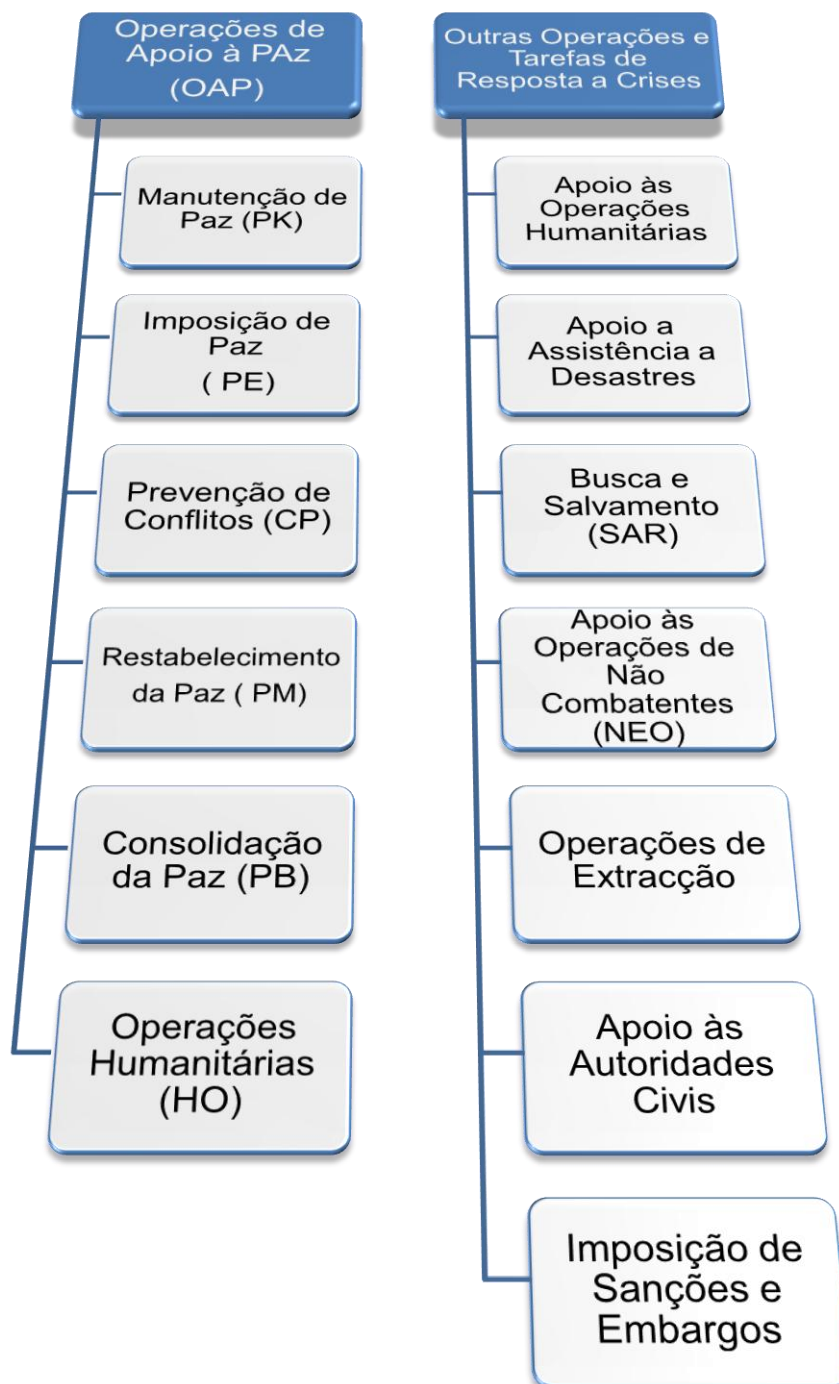
| Estados de Empenhamento | Objectivo | Operações Militares | Tipos |
|-------------------------|--|---|---|
| GUERRA | impor a vontade pela força | GUERRA | <ul style="list-style-type: none">• Op Combate larga escala• Op Ofensivas• Op Defensivas• Resistência |
| CONFLITO | dissuadir a guerra e resolver o conflito | OPERAÇÕES DE PAZ E DISSUAÇÃO (OPD) | Actuar em ESítio/EEmerg Imposição da Paz Op Humanitárias Evacuação de nacionais Manutenção da Paz Controlo de Arm e C/Proliferação |
| Tensão | | | |
| PAZ | promover a paz | | Manutenção da Paz Op Humanitárias Missões Interesse Público Satisfação compromissos Consolidação da Paz Cooperação |

FIGURA 2- TRANSIÇÃO DE OPERAÇÕES DE PAZ PARA A GUERRA-
SENSIBILIDADE DO PE



APÊNDICE E

OPERAÇÕES DE RESPOSTA A CRISES





APÊNDICE F

DESCRIÇÃO DAS OAP⁷²

Manutenção de Paz (PK) – geralmente decorrem de acordo com os princípios do Capítulo VI da Carta das Nações Unidas (resolução pacífica dos conflitos) com o intuito de monitorizar e facilitar a implementação de um acordo de paz. São desenvolvidas nas sequência de acordos entre as partes envolvidas, pelo que decorrem sob o seu consentimento e por vezes a seu pedido.

A força envolvida é mínima, com preocupações de legítima defesa, daí que, a perda do consentimento limitará a liberdade de movimentos da força de paz (PSF) e possivelmente condicionará o cumprimento da missão. Por esse motivo, permanece imparcial, limitar o uso da força à legítima defesa e a promoção e manutenção do nível de consentimento.

Imposição de Paz (PE) - este tipo de operações decorre de acordo com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas (ameaça ou ruptura da paz, acto de agressão). Por natureza são coercivas e são conduzidas quando o consentimento das partes envolvidas no conflito não foi alcançado ou é incerto. Visam manter ou restabelecer a paz ou impor os termos especificados no mandato. O objectivo de uma PE não visa a destruição de um inimigo, mas sim persuadir, compelir, ou coagir uma determinada parte, ou partes a cumprir uma determinada modalidade de acção. Importa salientar que a transição de uma PK para uma outra de PE ou vice-versa, deve evitar-se a todo o custo.

Prevenção de Conflitos (CP) – são conduzidas no âmbito do Capítulo VI da Carta das Nações Unidas. As actividades de CP abrangem desde as iniciativas diplomáticas até ao empenhamento de força designadas para prevenir ou conter disputas que possam conduzir a uma situação de conflito armado.

Restabelecimento de paz (PM) – engloba actividades diplomáticas após o início de um conflito, tendo em vista alcançar um cessar-fogo ou um rápido acordo de paz. É obtido primariamente, através de iniciativas diplomáticas que incluem os bons ofícios, a mediação, a conciliação, ou ainda, medidas de pressão diplomática tais como: pressão diplomática,

⁷² (EME, 2005)



isolamento e sanções , para além de outras.O apoio militar pode ocorrer de forma indirecta , ou ainda de forma directa , envolvendo meios militares.

Consolidação de Paz (PB) – engloba acções que apoiam medidas políticas, económicas, sociais e militares com o objectivo de fortalecer os acordos políticos e diminuir as causas de conflito, incluindo os mecanismos indispensáveis para identificar e apoiar as estruturas necessárias para a consolidação da paz e do apoio à reconstrução económica. Visam então cimentar uma paz frágil e contribuir para uma estabilidade duradoura,através do incentivo à reconciliação entre as partes. O envolvimento militar nestas operações centra-se na garantia de um ambiente seguro e estável que permita às agências civis focalizarem o seu esforço na reconciliação e no processo de consolidação de paz.

Operações Humanitárias (HO) – destinam-se a aliviar o sofrimento humano das populações, em locais onde as autoridades responsáveis não têm capacidade ou não demonstram vontade de o fazer.Podem ser conduzidas no ambito de uma PSO ou como tarefa independente, em que a actividade das forças militares precedem ou acompanham as tarefas humanitárias realizadas pelas organizações civis especializadas, cabendo a estas a responsabilidade primária pela sua realização.



APÊNDICE G

PRINCÍPIOS DAS ORC⁷³

Pelo facto de as ORC apresentarem um carácter conjunto e multinacional envolvendo diversas agências e entidades é necessário estabelecer princípios genéricos que giram a sua conduta.

Objectivo - toda a operação deve ser orientada para objectivos claramente definidos e compreendidos, que contribuam para alcançar o estado final desejado. Num ambiente de natureza conjunta e multinacional, os objectivos estratégicos – militares podem constituir-se como metas parciais a atingir ao longo do percurso estabelecido que permitam alcançar o estado final político desejado ou uma parcela do mesmo.

Perseverança – para alcançar os estados final político desejado implica ser resolutivo paciente e persistente na perseguição dos objectivos definidos. Procurar garantir o sucesso militar a curto prazo, deve ser ponderado e balanceado com as possíveis consequências que daí podem advir face aos objectivos estabelecidos e a atingir a longo prazo em termos sociais, económicos ambientais e políticos.

Unidade de Comando – requer uma clara definição de autoridade, papel e relações entre os intervenientes para cumprir a tarefas atribuídas.

Unidade de Esforços – existe uma necessidade de uma aproximação coerente face a um objectivo comum entre os vários contingentes, bem como entre as componentes civil e militar interveniente na operação. A cooperação entre militares e civis, requer uma contínua interacção com as OI e as Organizações não Governamentais (ONG) envolvidas. É essencial estabelecer uma ligação efectiva a todos os níveis.

Credibilidade – a força deve responder a todas as situações com profissionalismo e rapidez, reagindo com eficácia aos incidentes. É essencial para estabelecer um clima de confiança. A força não deve apresentar uma postura ameaçadora no entanto, não deve transigir quanto à vontade e capacidade para assumir as suas responsabilidades.

⁷³ (EME, 2005)



Transparência das operações – a missão conceito de operações bem como o estado final político e militar a alcançar devem ser claramente entendidos por todos os intervenientes. Um entendimento impedirá atitudes de suspeição e desconfiança. a informação deverá ser difundida através de fontes abertas, tendo sempre a atenção de que existem necessidades de segurança da própria missão e força.

Protecção – a Protecção da Força (FP) é uma responsabilidade de Comando inerente a qualquer operação militar. A FP deve ter em conta factores como a composição e volume da força, as ordens e as Regras de empenhamento (ROE) definidas.

Flexibilidade – o sucesso destas operações envolve uma elevada capacidade de gestão e de adaptação, face às mudanças e eventuais transições que ocorram na situação envolvente e que conduzam ao estabelecimento de um ambiente seguro e estável. O comandante deve facultar o máximo de flexibilidade e as forças devem ter capacidade de se adaptarem rapidamente às alterações que possam ocorrer, sem recurso a apoios exteriores. A força deve ser organizada e suficientemente autónoma em termos de competências, capacidades, equipamento logística.

Promoção da Cooperação e Consentimento – promover a cooperação e o consentimento entre as partes, constitui pré-requisito neste tipo de operações. Antes da execução de qualquer actividade de natureza militar e que possa resultar na perda do consentimento, exige-se uma cuidadosa ponderação e avaliação face aos objectivos a longo prazo que se pretende vir a alcançar. O grau de consentimento e da cooperação nas PSO é fundamental para se atingir o estado final político. Sem uma activa cooperação e consentimento das partes e da população não é possível alcançar uma paz prolongada e auto-sustentável.

Imparcialidade – As operações devem ser conduzidas sem favorecer ou prejudicar qualquer das partes. Comunicação eficaz e transparência das operações, são a chave para manter e promover uma aproximação adequada. Ser imparcial é o principal requisito para preservar a confiança e conseguir a cooperação das partes em conflito. É necessário que tal seja percebido pelos beligerantes e pela população local. No entanto não se deve confundir imparcialidade com neutralidade e imparcialidade não é sinónimo de “não uso da Força”. O recurso a esta pode ser necessário até mesmo para manter o critério da imparcialidade.



A perda de imparcialidade pode afectar em grande escala a confiança das partes em conflito podendo por em causa o processo de paz. Pode até mesmo repercutir-se numa escalada do uso da força.

Uso da força – o potencial uso da força afecta o cumprimento da missão em toda a sua extensão, pelo que o requer um contínuo acompanhamento, sendo objecto de revisão e adequação face à situação em curso. Todavia, o uso da força deve estar de acordo com a lei internacional, incluindo o direito internacional humanitário e as orientações políticas constante nas ROE. De acordo com a missão o nível do uso da força utilizada deve ser o adequado para cumprir as tarefas cometida, devendo ser limitado quanto ao grau, intensidade e duração para cumprir as tarefas cometidas, devendo ser limitado quanto ao grau, intensidade e duração necessários para alcançar os objectivos atribuídos. O uso da Força deve ser Preciso (para evitar danos colaterais), apropriado (porque não existe outra alternativa), proporcional (a força usada deve ser proporcional à ameaça verificar-se-á durante o tempo estritamente necessário) e dirigida (sobre quem ameaça).

Respeito mútuo - o respeito pela força é consequência directa da sua conduta, profissionalismo, relacionamento com as autoridades reconhecidas e população local. Os elementos da força devem respeitar os costumes e leis da Nação Hospedeira. O Comandante Conjunto deve assegurar-se que os mesmos princípios são reconhecidos e implementados entre os diferentes contingentes que fazem parte da força, tendo em conta as diferenças de carácter nacional, cultural e étnicas que possam existir.

Liberdade de Movimentos – é essencial para garantir o sucesso no cumprimento de missões desta natureza. O mandato atribuído e as ROE impostas, devem permitir que a força detenha a liberdade e autonomia suficientes para cumprir as tarefas cometidas, sem a interferência das facções presentes. A experiência indica que é frequente as facções imponem restrições a nível local à liberdade de movimentos. Estas situações devem ser firme e rapidamente solucionadas, principalmente através de acções vigorosas e resolutas, podendo incluir o uso da força.

Legitimidade – é um factor crucial para garantir o apoio da comunidade internacional, nações contribuintes, partes envolvidas e comunidade civil. É necessário que a operação seja conduzida de acordo com a lei internacional, incluindo os princípios constantes da Carta das Nações Unidas.



APÊNDICE I

NRF⁷⁴



Requisitos específicos dos módulos:

Rotatividade: O Período de “stand by” NRF é de 6 meses, antecidos de 6 meses de treinos específicos e testes de certificação das forças integrantes.

Prontidão: O nível de prontidão em que as forças que integram as NRF são mantidas é de 5 a 30 dias, contados a partir da ordem para o deslocamento das forças para uma determinada operação.

Framework Nation: Actualmente este conceito não é aplicado, na constituição da NRF sendo a contribuição dos países baseada no catálogo de forças da CJSOR aprovado pela OTAN para cada NRF. Em virtude de recorrentemente se verificarem lacunas no preenchimento desse catálogo de forças, algumas das quais com interferência na capacidade global da força (informações, apoio de combate, logística). A geração das forças para cada NRF irá assentar no conceito de Framework Nation, à qual competirá a atribuição da “espinha dorsal” da NRF, ou seja dos elementos mais importantes.

Nível de multinacionalidade: este conceito está relacionado ao anterior e estabelece o nível de participação dos países nos diferentes módulos de capacidade que compõe a NRF. Desta forma a NRF estará estruturada em módulos, estando associado a cada um deles um determinado nível de participação dos países que contribuem para a força:

Nível A- Framework Nation garante 100% do módulo (Batalhão, Companhia), a participação de outra nação só é possível no caso de afiliações permanentes

Nível B - Framework Nation providencia 50% do módulo; torna-se possível a participação de duas a quatro nações.

Nível C – Framework Nation é responsável por apenas 25%

Nível D – módulo pode ser provido por qualquer nação que o disponibilize, sem limitações ou restrições à participação de outros países.

⁷⁴ (Coronel Santos, 2009)



APÊNDICE J

FND AO SERVIÇO DA OTAN⁷⁵

IFOR e SFOR:

| MISSÃO | TIPO | EFFECTIVOS | | | | INÍCIO | FIM |
|--------------|------------------------|------------|---------|------|-------|---------|---------|
| | | O | S | P | Total | | |
| IFOR ИФОР | COMLANDCENT (Sarajevo) | 4 | 3 | 2 | 9 | 16Jan96 | 20Dez96 |
| | Dest Lig QG Brig It | 7 | 3 | 11 | 21 | 05Jan96 | 20Dez96 |
| | 2º BIAT/BAI/IFOR | 30 | 105 | 543 | 678 | 29Jan96 | 12Ago96 |
| | DAS/BAI/IFO | 13 | 29 | 175 | 217 | 16Jan96 | 23Abr96 |
| | 3º BIAT/BAI/IFOR | 33 | 109 | 588 | 730 | 23Abr96 | 12Ago96 |
| | 3º BIAT/BAI/IFOR | 12Ago96 | 20Dez96 | | | | |
| | TOTAL | 87 | 249 | 1319 | 1655 | | |

FIGURA 3- CONSTITUIÇÃO DAS FORÇAS IFOR

| MISSÃO | TIPO | EFFECTIVOS | | | | INÍCIO | FIM |
|--------------|-----------------------|------------|---------|------|-------|---------|---------|
| | | O | S | P | Total | | |
| SFOR СФОР | COMLANDCENT/QG/SFOR | 45 | 8 | 0 | 53 | 20Dez96 | 02Dez04 |
| | MultiSignalUnit/Group | 0 | 28 | 13 | 41 | 20Dez96 | 02Dez04 |
| | DestLig BrigIt | 5 | 0 | 0 | 5 | 20Dez96 | 01Jan99 |
| | QG Brig It | 3 | 0 | 0 | 3 | 01Out98 | 30Abr00 |
| | QG MND SE | 1 | 1 | 0 | 2 | 01Out98 | 02Fev99 |
| | EQOE ⁷⁵ | 2 | 6 | 14 | 22 | 09Jan97 | 17Mar97 |
| | 3º BIAT/BAI/SFOR | 23 | 63 | 224 | 310 | 20Dez96 | 10Fev97 |
| | 1º BiMoto/BMI/SFOR | 29 | 63 | 244 | 336 | 10Fev97 | 30Jul97 |
| | 2º BiMoto/BMI/SFOR | 30 | 63 | 230 | 323 | 30Jul97 | 14Jan98 |
| | 1º BIAT/BAI/SFOR | 36 | 68 | 245 | 349 | 14Jan98 | 15Jul98 |
| | AgrAlfa/BLI/SFOR | 34 | 67 | 223 | 324 | 15Jul98 | 12Jan99 |
| | 3º BiMoto/BMI/SFOR | 32 | 69 | 225 | 326 | 12Jan99 | 10Jul99 |
| | 2º BiPara/BAI/SFOR | 30 | 65 | 233 | 328 | 10Jul99 | 31Jan00 |
| | AgrConjAlfa/BLI/SFOR | 22 | 47 | 138 | 207 | 31Jan00 | 29Jul00 |
| | 2º BiMec/BMI/SFOR | 30 | 68 | 226 | 324 | 29Jul00 | 28Jan01 |
| | AgrEcho/BMI/SFOR | 30 | 72 | 214 | 316 | 28Jan01 | 29Jul01 |
| | 1º BiPara/BAI/SFOR | 30 | 62 | 259 | 351 | 29Jul01 | 29Jan02 |
| | 2º BiMec/BMI/SFOR | 29 | 58 | 236 | 323 | 29Jan02 | 30Jul02 |
| | 2º BI/BLI/SFOR | 29 | 58 | 236 | 323 | 30Jul02 | 30Jan03 |
| | | 05Jan03 | 01Mai03 | | | | |
| | MNBG | 23 | 9 | 3 | 35 | 01Mai03 | 05Jan04 |
| | | 05Jan04 | 02Dez04 | | | | |
| | 1º BiPara/BAI/SFOR | 25 | 57 | 195 | 277 | 30Jan03 | 30Jul03 |
| | AgrGolf/BMI/SFOR | 26 | 57 | 192 | 275 | 30Jul03 | 24Jan03 |
| | 3º BiPara/BAI/SFOR | 26 | 57 | 193 | 276 | 24Jan04 | 23Jul04 |
| | 2º BiMec/BMI/SFOR | 26 | 57 | 192 | 275 | 23Jul04 | 02Dez04 |
| | NHQSa (Sarajevo) | 0 | 4 | 0 | 4 | 02Dez04 | 04Out05 |
| | TOTAL | 566 | 1107 | 3735 | 5408 | | |

FIGURA 4-CONSTITUIÇÃO DAS FORÇAS SFOR

⁷⁵ (O Exército Português no Caminhos da Paz 1989-2005, 2005)



KFOR:

| MISSÃO | TIPO | EFFECTIVOS | | | | INÍCIO | FIM |
|--|-------------------------|------------|-----|------|-------|---------|----------|
| | | O | S | P | Total | | |
| <div> <div>KFOR</div> <div>KFOR</div> </div> | NVCC (Kumanovo) | 1 | 1 | 0 | 2 | 01Dez98 | 01Abr99 |
| | QG/KFOR (Priština) | 25 | 9 | 0 | 34 | 07Jul99 | em curso |
| | QG/KFOR Rear (Kumanovo) | 6 | 1 | 0 | 7 | 07Jul99 | 18Mai01 |
| | QG BMN/KFOR (Pec) | 23 | 9 | 0 | 32 | 07Jul99 | 03Mai02 |
| | 1º DOE (Banja) | | | | | 07Jul99 | 14Jan00 |
| | 2º DOE (Banja) | | | | | 14Jan00 | 11Ago00 |
| | 3º DOE (Banja) | | | | | 11Ago00 | 18Jan01 |
| | 4º DOE (Banja) | | | | | 18Jan01 | 16Ago01 |
| | Agr Bravo/BAI | 32 | 75 | 197 | 304 | 09Ago99 | 11Fev00 |
| | Agr Charlie/BLI | 31 | 72 | 193 | 296 | 11Fev00 | 11Ago00 |
| | Agr Delta/BMI | 32 | 74 | 192 | 298 | 11Ago00 | 31Mai01 |
| | 1º EqAPOD (Priština) | 0 | 2 | 6 | 8 | 18Fev03 | 22Set03 |
| | 2º EqAPOD (Priština) | | | | | 22Set03 | 06Abr04 |
| | 2º BI/BLI | 30 | 57 | 212 | 299 | 16Fev05 | 16Set05 |
| | BIPara/BrigRR | 30 | 57 | 212 | 299 | 16Set05 | em curso |
| | Total | 218 | 383 | 1029 | 1630 | | |

FIGURA 5-CONSTITUIÇÃO DAS FORÇAS KFOR



APÊNDICE K

CONTRIBUIÇÃO DE PORTUGAL PARA AS NRF

| NRF | Período | Contribuição | Ramo |
|-----|---------------|--------------------------|----------|
| 1 | OUT03 - JAN04 | | Marinha |
| | | | Exército |
| | | | F. Aérea |
| 2 | JAN04 - JUL04 | 1 FFGH | Marinha |
| | | 1 DOE (30 homens) | Exército |
| | | 1 C-130 | F. Aérea |
| 3 | JUL04 - JAN05 | | Marinha |
| | | 1 Rec LR Coy (50 homens) | Exército |
| | | 1 NBC EOD Team | F. Aérea |
| 4 | JAN05 - JUL05 | 1 FFGH | Marinha |
| | | 1 Rec LR Coy (50 homens) | Exército |
| | | 1 C-130 | F. Aérea |
| 5 | JUL05 - JAN06 | 1 FFGH | Marinha |
| | | 1 AgrMec | Exército |
| | | 1 NBC EOD Team | F. Aérea |



| NRF | Período | Contribuição | Ramo |
|-----|---------------|--|----------|
| 6 | JAN06 – JUL06 | | |
| | | 1 INF ABN BN (650 homens) | Exército |
| | | 1 TACP 1 NBC EOD Team (6 Homens) | F. Aérea |
| 7 | JUL06 – JAN07 | 1 FFGH | Marinha |
| | | 1 SOTG (75 homens) | Exército |
| | | 1 C-130 1 NBC JAT (esp) (4 Homens) | F. Aérea |
| 8 | JAN07 – JUL07 | | Marinha |
| | | 1 SOTG (75 homens) | Exército |
| | | 1 NBC EOD Team (6 homens) 1 NBC JAT (esp) (3 homens) 1 NBC Decon Team (5 homens) | F. Aérea |
| 9 | JUL07 – JAN08 | 1 FFGH | Marinha |
| | | 1 MP Coy (80 homens) | Exército |
| | | 1 C-130 1 NBC JAT (esp) (1 homem) 1 EOD JAT (esp) (1 homem) 1 Cmd PIO (6 Homens) | F. Aérea |
| 10 | JAN08 – JUL08 | | Marinha |
| | | 1 LR Rec Coy (50 homens) | Exército |
| | | 6 F 16 1 NBC EOD Team (5 homens) 1 NBC Decon Team (5 homens) 1 Cmd PIO (6 Homens) | F. Aérea |



APENDICE L

GUIÃO DE ENTREVISTA AO GENERAL VALENÇA PINTO

Actualmente o General Luís Vasco Valença Pinto desempenha as funções de Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas. A entrevista foi realizada no dia 7 de Abril de 2009.

Guião de entrevista:

1. Quais as razões de a Artilharia de Campanha Portuguesa não fazer parte de uma FND até ao momento?
2. Portugal ao longo dos anos tem enviado FND no âmbito da manobra, apoio de serviços e algumas forças de apoio de combate (nomeadamente Engenharia). O facto de a Artilharia Portuguesa, mais concretamente a campanha, não integrar este conjunto de forças, a falta de experiência de combate não irá influenciar o desempenho desta quando necessária?
3. No seu entender, faz sentido o emprego de uma unidade de Artilharia de Campanha nos Teatros de Operação onde Portugal participa actualmente? E no âmbito das NRF?
4. Existe a curto, médio ou a longo prazo alguma previsão do emprego de uma unidade de Artilharia de Campanha para os referidos Teatros de Operação?
5. A que prazo é que prevê que Portugal possua uma Unidade de Artilharia de Campanha totalmente operacional para que possa fazer parte integrante de uma FND? A que escalão?
6. Quais as orientações a nível da NATO para o emprego da Artilharia de Campanha Portuguesa como parte integrante de uma NRF?



APENDICE M

GUIÃO DE ENTREVISTA AO CORONEL PEREIRA DOS SANTOS

Actualmente o Coronel de Artilharia Henriques Pereira dos Santos desempenha funções de adjunto do CEME. A entrevista foi realizada no dia 31 de Março de 2009.

Guião de entrevista:

1. O seu nome completo e que funções desempenha actualmente?
2. Na sua opinião qual é o maior problema com que a Artilharia de Campanha Portuguesa se depara na actualidade?
3. Face às características dos conflitos actuais (mais concretamente o combate desenrolado em áreas predominantemente urbanas), de que forma é entendido que a artilharia de campanha pode ser empregue como arma de apoio de combate?
4. Quais entende que sejam as reformulações necessárias (técnica e tácticas) desenvolver para que a Artilharia de Campanha Portuguesa se torne capaz de executar qualquer tipo de operações, no espectro das operações de Apoio à Paz?
5. O conceito “Three Block War” deve ser tido em conta para a constituição e formação de uma Artilharia de Campanha mais flexível, capaz de se adaptar aos novos desafios?
6. Não deveria a Artilharia de Campanha Portuguesa, começar a ter uma atitude mais activa, começando a organizar-se de acordo com as lições aprendidas de outros países, actualizando a doutrina existente e executando treinos além do convencional?
7. No seu entender, qual é então a viabilidade do emprego da Artilharia de Campanha Portuguesa em futuras FND no âmbito da NATO?



APENDICE N

GUIÃO DE ENTREVISTA AO TENENTE - CORONEL ROSA

Actualmente o Tenente – Coronel de Artilharia Manuel Maria Barreto Rosa desempenha funções no Comando Operacional, tendo desempenhado anteriormente as funções de Comandante do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Reacção Rápida, sediado em Leiria. A entrevista foi realizada no dia 8 de Abril de 2009.

Guião de entrevista:

1. O seu nome completo e quais são as funções que actualmente desempenha?
2. O que é que foi necessário para tornar a Bateria do GAC de Leiria, inserida na NRF 14, totalmente operacional? Quais as dificuldades que sentiu?
3. A Bateria realizou treinos? Que tipo? Existiu algum input por parte de directivas da NATO, realizando a Bateria procedimentos diferentes dos do Manual da Bateria de doutrina portuguesa?
4. A Bateria está integrada num Grupo Grego. Se a situação fosse invertida em uma janela de tempo próxima o Grupo de Leiria teria a capacidade para assumir o comando?
5. Entende que é necessário reformar certos aspectos técnicos e tácticos na AC esta se adaptar às missões que constituem o espectro de actuação da NRF, mais concretamente em relação as ORC?
6. Quais as limitações da Bateria?



APENDICE O

GUIÃO DE ENTREVISTA AO TENENTE - CORONEL BRITO TEIXEIRA

Actualmente o Tenente – Coronel de Infantaria Pedro Miguel Andrade Brito Teixeira desempenha funções de Estado – Maior no Operational Preparation Directorate, sendo responsável pelo processo de certificação das NRF. A entrevista foi realizada no dia 27 de Março de 2009.

Guião de entrevista:

1. O seu nome completo e quais são as funções que actualmente desempenha?
2. Tendo em atenção as características dos conflitos actuais (assimetria do conflito e especificamente o combate desenrolado em áreas predominantemente urbanas e suas consequências) de que forma é que a Artilharia de Campanha pode ser empregue na sua essência como arma de apoio de combate?
3. Estará a Artilharia de Campanha Portuguesa em condições de poder integrar uma NRF? Em que realidade? GAC ou BBF?
4. No seu entender, entende que Portugal deve enviar a sua Artilharia de Campanha através de FND no âmbito das NRF?



ANEXO A

ARTIGO 5º E 6º DO TRATADO ATLÂNTICO NORTE

Artigo 5º

“As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte.

Qualquer ataque armado desta natureza e todas mais providências tomadas em consequência desse ataque são imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais.” (NATO, 2001)

Artigo 6º ⁷⁶

“Para os fins do Artigo 5.º, considera-se ataque armado contra uma ou várias das Partes o ataque armado:

-contra o território de qualquer delas na Europa ou na América do Norte, contra os Departamentos franceses da Argélia⁷⁷, contra o território da Turquia ou contra as Ilhas sob jurisdição de qualquer das Partes situadas na região do Atlântico Norte ao Norte do Trópico de Câncer;

-contra as forças, navios ou aeronaves de qualquer das Partes, que se encontrem nesses territórios ou em qualquer outra região da Europa na qual as forças de ocupação de qualquer das Partes estavam à data em que o tratado entrou em vigor ou no Mar Mediterrâneo ou na região do Atlântico Norte ao norte do Trópico de Câncer, ou que os sobrevoem.” (NATO, 2001)

⁷⁶ Nova redacção em virtude do Artigo 2 do protocolo I ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão da Grécia e Turquia.

⁷⁷ A 16 de Janeiro de 1963 o Representante francês fez uma declaração, perante o Conselho da OTAN, relativa às incidências da independência da Argélia sobre certos aspectos do Tratado do Atlântico Norte. O Conselho constatou que todas as disposições desse Tratado que respeitam aos antigos departamentos franceses da Argélia tornaram-se inaplicáveis a partir de 3 de Julho de 1962.



ANEXO B

RELAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DAS OAP

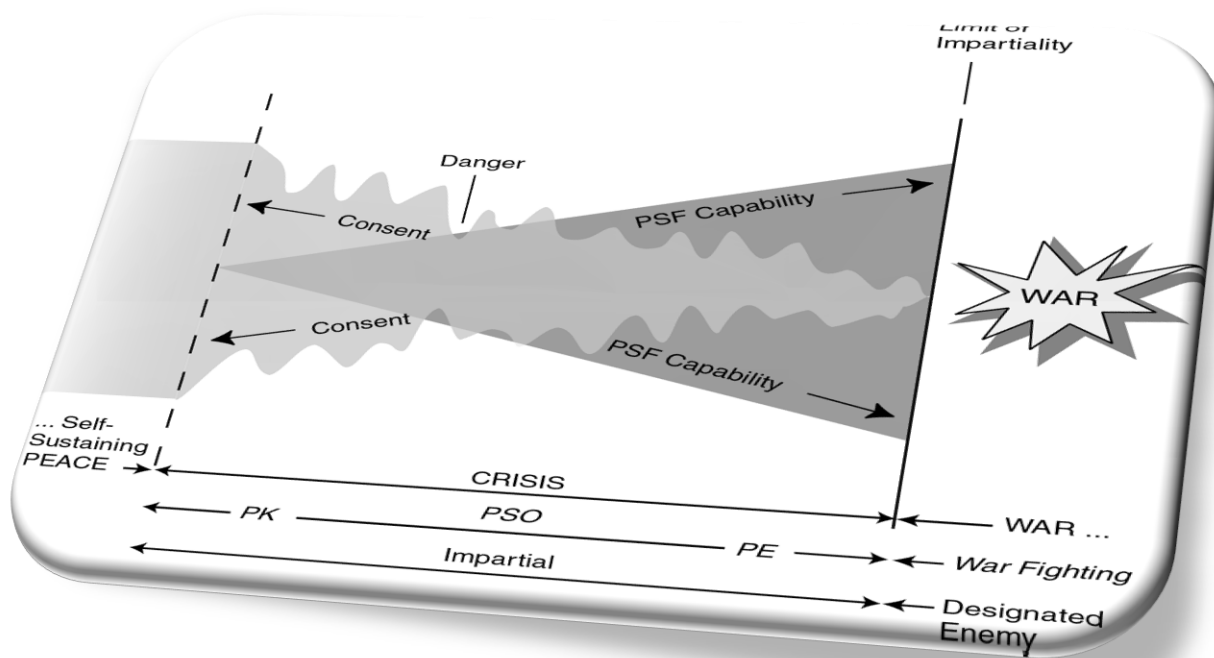


FIGURA 6-RELAÇÃO DOS PRINCÍPIOS IMPARCIALIDADE, CONSENTIMENTO COM A CAPACIDADE DA FORÇA COM AS OPERAÇÕES PE E PK

Fonte: (NATO, PEACE SUPPORT OPERATIONS, AJP 3.4.1, 2003, pp. 2-6)

O diagrama da figura 3 representa a relação entre os Princípios das OAP: o Consentimento e Imparcialidade. A intervenção sob a forma de uma OAP pode ser solicitada durante uma situação de crise. Analisando o diagrama, se a crise “ocorre” sobre o lado esquerdo do diagrama, o consentimento é elevado, a capacidade da força em questões de uso da força pode ser mais reduzida – estamos perante uma operação de Manutenção da Paz (PK). À medida que vai diminuindo o Consentimento, é necessário dispor de uma força com maior capacidade, passando para uma operação de Imposição da Paz (PE). Contudo neste tipo de operações os níveis de Consentimento podem variar muito ao longo do tempo e do espaço, podendo mesmo passar para a situação de Guerra rapidamente pelo que é indispensável que a Força esteja preparada para estas alterações.



ANEXO C

ESPECTRO DAS OPERAÇÕES

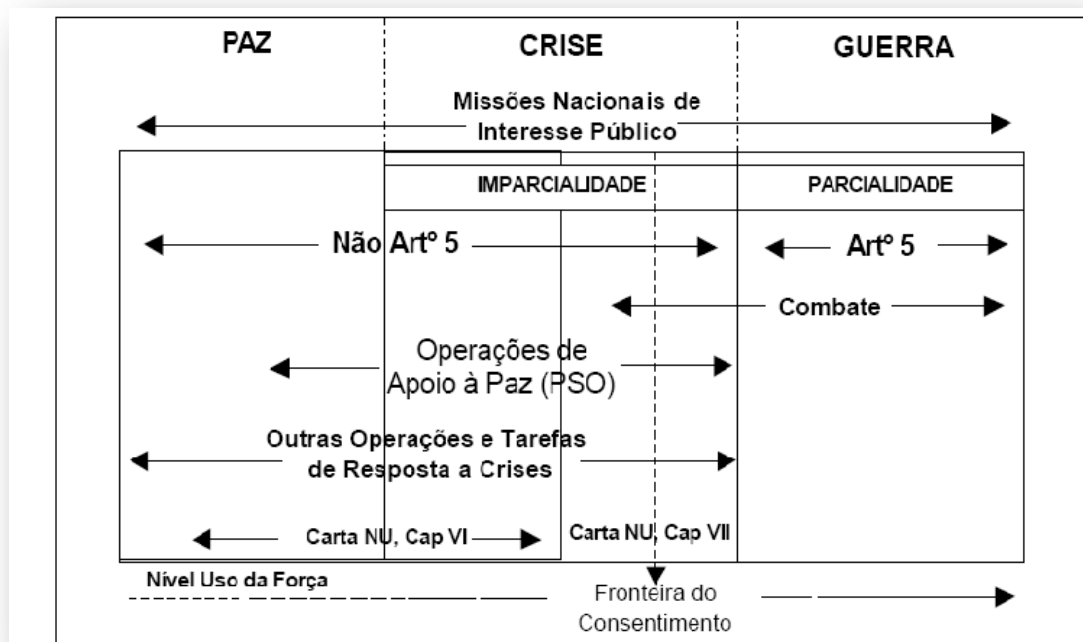


FIGURA 7- ESPECTRO DAS OPERAÇÕES MILITARES⁷⁸

⁷⁸ RC de Operações parte III- Capítulo 2, pág 2-11



ANEXO D

ESPAÇO MORTO NO TIRO INDIRECTO

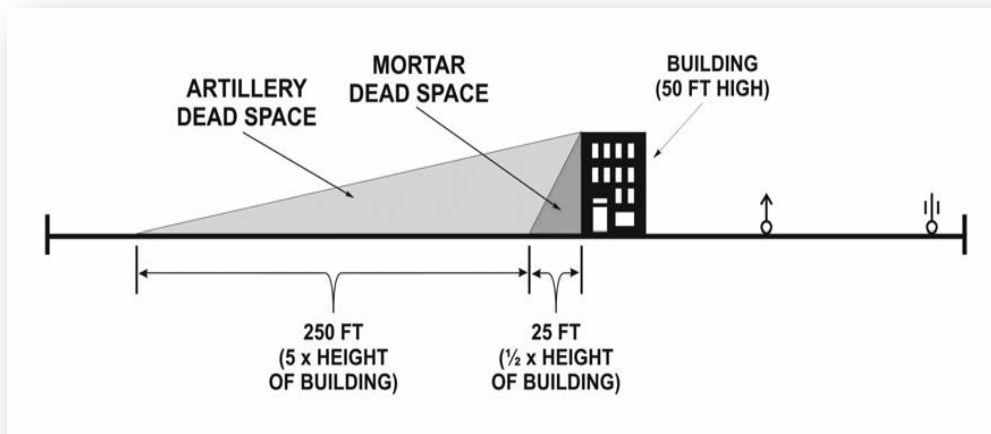


FIGURA 8- O ESPAÇO MORTO DO TIRO MERGULHANTE DE ARTILHARIA E DO TIRO VERTICAL DOS MORTEIROS.



ANEXO E

ORGANIZAÇÃO DA BATERIA DE AC DA NRF 14 VS BATERIA DE AC COMUM⁷⁹

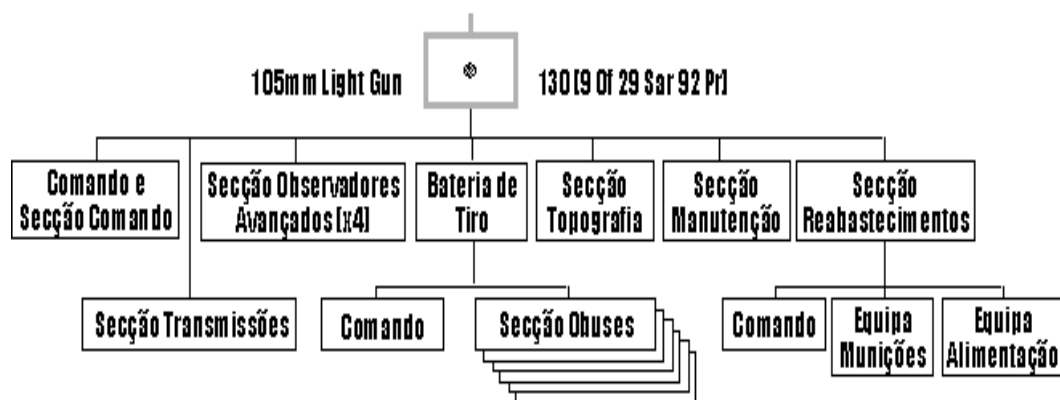


FIGURA 9- ORGANIZAÇÃO DA BATERIA DE AC PARA A NRF 14

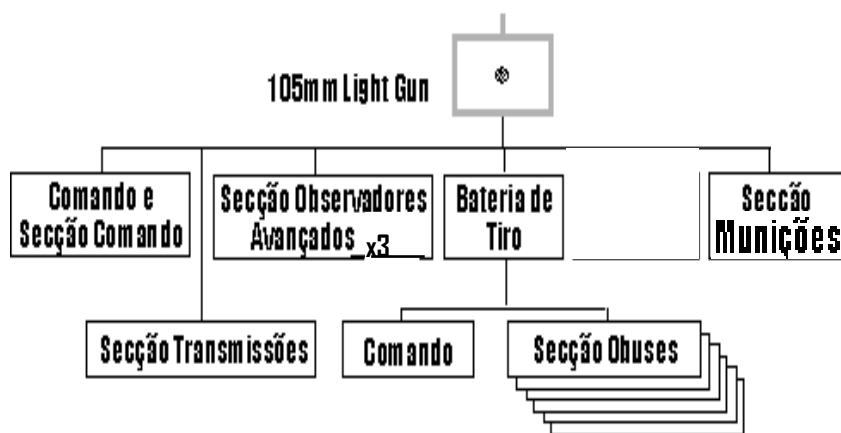


FIGURA 10-ORGANIZAÇÃO DA BATERIA DE AC COMUM

⁷⁹ Dados retirados da Directiva de Aprontamento BArtCamp NRF14



ANEXO F

PARTICIPAÇÃO DA AC NA NRF14⁸⁰

| NRF 9/ 14 | | | | | | | | | | | | |
|----------------|------------------|---------------|------------------|----------------|----------------------------------|--------------------------------|---|-----------------------------|----------------------|----------------|----------------------|--------|
| Ano | 2007 | | 2008 | | | | 2009 | | | | 2010 | |
| Semestre | Jul/Dec | | Jan/Jun | | Jul/Dec | | Jan/Jun | | Jul/Dec | | Jan/Jun | |
| NRF | 9 | | 10 | | 11 | | 12 | | 13 | | 14 | |
| CmdOperacional | JHQ NAPLES (ITA) | | JHQ Lisbon (PRT) | | JHQ Lisbon (PRT) | | JHQ Lisbon (PRT) | | JFC HQ Brussum (NDL) | | JFC HQ Brussum (NDL) | |
| Cmd NRF | QG HRF ITA | | QG HRF GE/ NL | | QG HRF FRA | | QG HRF ESP | | ARRC | | QG HRF DNK | |
| Atribuição | Força | CM | Força | CM | Força | CM | Força | CM | Força | CM | Força | CM |
| | MP Cog | | LRRC | | ERec | 15 LCC | AgrMec | 18 LCC | BIFara, SOTG | 16 LCC, 2 SOCC | Btr 105 LG | 20 LCC |
| NRF 15/ 20 | | | | | | | | | | | | |
| Ano | 2010 | | 2011 | | | | 2012 | | | | 2013 | |
| Semestre | Jul/Dec | | Jan/Jun | | Jul/Dec | | Jan/Jun | | Jul/Dec | | Jan/Jun | |
| NRF | 15 | | 16 | | 17 | | 18 | | 19 | | 20 | |
| CmdOperacional | JHQ Naples (ITA) | | JHQ Naples (ITA) | | JHQ Lisbon (PRT) | | JHQ Lisbon (PRT) | | JFC HQ Brussum (NDL) | | JFC HQ Brussum (NDL) | |
| Cmd NRF | QG HRF EC | | QG HRF ITA | | QG HRF TUR | | QG HRF DEU/NDL | | ARRC | | QG HRF ESP | |
| Atribuição | Força | CM | Força | CM | Força | CM | Força | CM | Força | CM | Força | CM |
| | SOTG, Of NBQR | 2 SOCC, 1CBRN | MP Cog, Of NBQR | 10 LCC, 1 CBRN | CCmds, CompEng A/G, Eq EOD, SOTG | 1o JLSG, 3b LCC, 4 LCC, 2 SOCC | ERec, Btr 105 LG, MovCon Team PE, Of NBQR | 15 LCC, 20 LCC, JLSG 1 CBRN | BIFara | 16 LCC | AgrMec | 18 LCC |

FIGURA 11- ESQUEMA DE PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS PORTUGUESAS NAS NRF

⁸⁰ (Romão, 2009)